



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026	
OBJETO	Contratação de serviços de pessoa jurídica operadora de plano de assistência à saúde, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos integrantes.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Das 08h do dia 15 de maio até às 09h29 do dia 10 de junho de 2026 , no sítio www.gov.br/compras (UASG 070024), devendo ser observado o horário oficial de Brasília/DF.
ABERTURA DAS PROPOSTAS	As propostas serão abertas no sítio www.gov.br/compras (UASG 070024), às 09h30 do dia 10 de junho de 2026 , horário oficial de Brasília/DF. A sessão pública será operada sistema no ComprasGov, por meio do Portal de Compras do Governo Federal.
ENDEREÇO DO TRE-RO	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União CEP 76.805-901 Porto Velho – Rondônia Telefones: (69) 3211-2000/2082 Internet: https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026
PREGOEIROS	ANDERCLEDSON REIS HERMENSON PEREIRA DA SILVA LUCAS SOUZA CASTRO RODRIGO KATIBONE HOLANDA E-MAIL: licitacao@tre-ro.jus.br



SUMÁRIO

1. PREÂMBULO.....	3
2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	3
3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	4
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	5
5. DA FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS.....	7
6. DA FASE DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	11
8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP	18
11. CONDIÇÕES GERAIS DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO	18
12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO.....	19
13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DO CONTRATO.....	20
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	21
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026
PROCESSO Nº 0002564-16.2025.6.22.8000

1. PREÂMBULO

1.1. A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, através de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº 24/2026, expedida pela Direção-Geral deste Tribunal, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** do item único, na forma de execução **INDIRETA**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133/21 e pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2023, além do previsto no Termo de Referência e demais anexos deste edital.

1.3. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será operada sistema no Compras.Gov.br (www.gov.br/compras), por meio do Portal de Compras do Governo Federal, e terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, às **09h30 do dia 10 de junho de 2026**, horário oficial de Brasília/DF.

2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. O edital estará disponível a partir das **08h do dia 15 de maio de 2026**:

a) no sítio da internet: www.gov.br/compras (UASG 070024);

b) no sítio da internet:

<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026>

c) mediante **solicitação formal** pelo e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

2.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos deste edital e seus anexos ou impugná-lo no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame.

2.2.1. O pedido de esclarecimento e a impugnação ao edital, devidamente identificados, serão realizados **exclusivamente por meio eletrônico** e deverão ser apresentados ao Pregoeiro através do endereço licitacao@tre-ro.jus.br.

2.2.2. O Pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo solicitar informações da unidade técnica, demandante, especializada e outras unidades, bem como solicitar apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

2.2.3. Os questionamentos serão respondidos e publicados em ordem sequencial no portal de transparência deste Tribunal, no endereço <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026> e na página de compras na internet do Governo Federal, no endereço www.gov.br/compras (UASG 070024). As respostas vincularão os participantes e a administração, sendo dever dos licitantes acompanhá-las, não podendo alegar desconhecimento.

2.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.



3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de serviços de pessoa jurídica operadora de Plano de Assistência à Saúde para os beneficiários definidos nesse instrumento, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656 de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sem coparticipação ou franquias, com pré-pagamento a preço per capita por faixa etária, em acomodação do tipo apartamento individual com banheiro privativo, com abrangência em todo o território nacional, compreendendo atendimento médico, hospitalar com obstetrícia, ambulatorial, cirúrgico, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas **neste edital e em seus anexos integrantes**.

3.2. O objeto desta licitação completa-se com as especificações, termos e condições estabelecidos nos anexos integrantes deste edital, em especial o **Termo de Referência**, que define as quantidades, a forma de execução dos serviços e as obrigações das partes e as penalidades decorrentes do descumprimento dessas obrigações, abaixo resumido:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Faixa etária	Quantidade de usuários (estimada)	Valor unitário (mensal)
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	0-18	176	R\$ 85.518,40
				19-23	38	R\$ 22.665,48
				24-28	19	R\$ 12.467,80
				29-33	28	R\$ 20.804,56
				34-38	55	R\$ 46.796,20
				39-43	70	R\$ 70.989,10
				44-48	68	R\$ 85.549,44
				49-53	36	R\$ 52.609,32
				54-58	42	R\$ 69.428,94
				59 ou mais	118	R\$ 243.504,80
				Total	650	R\$ 710.334,04

3.3. No caso de eventuais divergências entre a descrição do serviço neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Serviços (CATSER) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida no Termo de Referência.

3.4. As despesas decorrentes da eventual contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, abaixo resumido:

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA				
Exercício	2026			
Funcional Programática	02331003320040011			
Ação Orçamentária	2004 – Assist. Médica e Odontológica aos Servidores			
Subtítulo	0011 – No Estado de Rondônia			
Plano Orçamentário	0011 - Assist. Médica e Odontológica de Civi			
PTRES	214025			
Pré-Empenhos/SIAFI	2026PE000156	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Plano Interno	Natureza da Despesa	Reserva Orçam. (R\$)
AMO PLANO	339039.50 – Serv. Médico-Hospitalar	2.131.002,12
Total		2.131.002,12
Notas:		
1. Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.		
2. Proposta orçamentária 2026 registrada no processo nº 0000002-34.2025.6.22.8000.		
3. R\$ 1.340.077,50 será custeado com recursos financeiros da arrecadação de cota-parte dos beneficiários, mediante retenção na folha de pagamento de servidores do TRE-RO, nos termos da Resolução TRE-RO nº 3/2015, art. 14. Totalizando a reserva orçamentária na quantia de R\$		

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação as operadoras de planos de saúde, incluindo seguradoras especializadas em saúde, cooperativas médicas e empresas de medicina de grupo, devidamente registradas na ANS que:

- a)** estejam previamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, disponível em, www.gov.br/compras e no Sistema de Compras do Governo Federal.
- b)** possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- c)** manifestarem a ciência e concordância com as condições contidas neste edital e que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

4.1.2. Será permitida a participação de cooperativas e empresas reunidas em consórcio, observadas as condições previstas neste edital, em seus anexos integrantes e na legislação correlata.

4.2. O acesso do licitante ao sistema comprasnet, bem como a sua manutenção, dar-se-á mediante o seu prévio registro cadastral atualizado no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para participação em licitações eletrônicas, ou, em sua ausência, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.2.1. Após o cadastro no sistema unificado, o fornecedor deverá se cadastrar no sistema “Comprasnet” para participar das licitações eletrônicas.

4.2.2. O credenciamento perante o provedor do sistema e sua utilização implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para operacionalização e realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.2.3. Incumbirá à licitante acompanhar o certame e as operações no sistema eletrônico, durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da ação, omissão, desconexão ou perda de negócios por inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema.

4.2.4. A guarda, manutenção e utilização da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não cabe ao provedor do sistema ou ao TRE-RO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de operações equivocadas ou uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



4.3. A verificação de que o licitante possui registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação poderá ser feito em qualquer fase da licitação mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta dos registros no SICAF.

4.4. A manifestação do licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, deverá ser feita em campo próprio do sistema eletrônico.

4.5. Não poderão participar deste pregão eletrônico os potenciais licitantes enquadrados em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a)** pessoa física;
- b)** não possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- c)** que, em regime de **consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d)** que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente;
- e)** em cumprimento de penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da União ou deste Tribunal;
- f)** que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto durarem seus efeitos;
- g)** que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU – inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/92);
- h)** empresas que, por decisão judicial, estejam proibidas de contratar com o Poder Público.
- i)** estrangeiras não autorizada a funcionar no País;
- j)** empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- k)** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- l)** microempreendedor individual;

4.5.1. O impedimento de que trata as alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “j” do item 4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE-RO, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.6.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e o licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários, salvo se a empresa contratada tenha, na condição de sócio cotista, servidor do órgão contratante sem capacidade para influenciar o resultado da licitação e sem atribuições ligadas à gestão ou à fiscalização do contrato.

4.7. O Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:



- a) participação no certame de empresa que não possua registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e
- c) participação no certame de empresa enquadrada em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 4.5 e 4.6 deste edital.

5. DA FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

5.1. Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (UASG 070024), os interessados deverão apresentar propostas, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

5.1.1. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

5.2. A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.

5.2.1. A proposta registrada no sistema ComprasGov.br deverá conter, apenas para efeito de cadastramento:

- a) a quantidade “1” para o único item, cujo detalhamento será solicitado posteriormente;
- b) o **PREÇO GLOBAL DO OBJETO**, considerando 5 (cinco) anos de contratação, expresso em moeda corrente nacional, conforme abaixo demonstrado, **a título de exemplo**:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Operadora de plano de saúde	1	unidade	42.620.042,40*	42.620.042,40*

(*) valor meramente estimativo e **exemplificativo**.

5.2.2. Constituem anexos obrigatórios de proposta a serem apresentados via sistema, quando da solicitação a ser efetuada pelo Pregoeiro:

- a) Modelo de Proposta Comercial, em conformidade com o ANEXO I;
- b) Declaração em conformidade com o ANEXO II;

5.2.3. Quando do cadastramento da proposta, poderá o sistema permitir ao licitante parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo, observada a necessidade de conhecimento acerca do funcionamento do sistema e das regras correlatas, bem como a responsabilidade acerca valores parametrizados cadastrados.

5.2.4. Na elaboração de sua proposta, o licitante deve observar, necessariamente, todas as exigências deste edital e seus anexos integrantes, em especial o Termo de Referência, anexo a este edital. A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à adequada execução dos serviços.

5.3. Salvo se exigido pelo edital ou pelo Pregoeiro, é facultado aos licitantes encaminhar descrição complementar às especificações contidas no edital, bem como material e documentos complementares à sua



proposta. Todavia, eventualmente apresentados, vinculará a aceitação e execução do objeto.

5.3.1. A descrição, os materiais e os documentos complementares deverão apenas acrescentar características e especificações à descrição originalmente definida no edital para o objeto, não podendo, sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA O ITEM**, conter elementos que contrariem as características e especificações do objeto estabelecidas originalmente no edital, reduzindo a sua qualidade ou utilidade.

5.4. Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, entrega/frete, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

5.4.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos, não sendo considerados pleitos de ajustes, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento/serviço ser realizado sem ônus adicionais.

5.5. Em nenhuma hipótese, poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer condição que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo:

- a) no que tange aos valores ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame ou durante a negociação;
- b) no caso de diligências e ajustes que não importem em modificação do objeto e da proposta.

5.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas.

5.7. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data da abertura da Sessão Pública.

5.7.1. Ficará suspenso esse prazo pela eventual interposição de recurso, até a sua decisão final.

5.7.2. Em havendo negociação para redução de valores ou ajuste na proposta, o prazo passará a contar da negociação ou da apresentação da proposta atualizada.

5.7.3. O prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado por acordo entre as partes.

5.7.4. Considera-se não escrito o prazo de validade de proposta inferior ao estipulado, prevalecendo, nesse caso, o mínimo estabelecido neste edital.

5.7.5. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para assinatura do contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6. DA FASE DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mantendo-se em sigilo a identificação do licitante ofertante.

6.1.1. Assim como as propostas, os lances deverão ser ofertados considerando o **PREÇO GLOBAL DO OBJETO**, cujo detalhamento será solicitado pelo Pregoeiro em etapa posterior.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação e o intervalo mínimo de **0,1% (um décimo por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação aos lances que cobrirem a melhor oferta.



6.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado.

6.3.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.3.2. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.4. Em havendo mais de um lance de igual preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5. No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do preço do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6. Será adotado o **modo de disputa aberto**, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos.

6.6.1. Após o prazo do item 6.6, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema por dois minutos quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período inicial de duração da etapa.

6.6.2. Novas prorrogações sucessivas de dois minutos ocorrerão sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.6.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta.

6.7. Encerrada a etapa de lances, estes serão ordenados pelo sistema e divulgados na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço ou na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva de lances no Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8.1. Quando, porém, a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva de lances no Pregão, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e, nesse caso, será reiniciada somente depois de decorrido o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sistema ComprasGov e no sítio eletrônico:

<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026>

6.9. Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro são de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

6.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na lei 14.133/21.



III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.10.1. A avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes depende de regulamentação, que poderá ser utilizada desde que o ato seja editado e esteja vigente e em vigor até o momento da abertura do certame.

6.10.2. Na forma do art. 5º do Decreto Federal nº 11.430/2023 o desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho poderá ser adotado como critério de desempate, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021

6.10.2.1. A forma e os critérios de comprovação de desenvolvimento de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho são as definidas na Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 382, de 17/09/2025, sendo as ações divididas em três níveis:

I – ações de nível ouro;

II – ações de nível prata; e

III – ações de nível bronze.

6.10.3. Na forma do art. 60, IV, da Lei nº 14.133/2021 o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade poderá ser adotado como critério de desempate.

6.10.3.1. Quando solicitado pelo Pregoeiro, o Licitante apresentará comprovação de implementação do programa de integridade (art. 4º, II, do Decreto 12.304/2024).

6.10.4. Para fazer jus aos critérios de desempate previstos nos incisos III e IV do item 6.10 acima, o licitante apresentará declaração no sistema. Caso o benefício venha a ser utilizado de qualquer forma, o licitante será convocado a apresentar comprovações.

6.11. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas brasileiras;

b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

6.12. Persistindo o empate, após observados todos os critérios estipulados, a classificação se dará mediante sorteio, a ser realizado dentro do sistema Compras.Gov.br, caso haja essa funcionalidade.

6.12.1. Caso o sistema Compras.Gov.br não disponibilize ferramenta de sorteio, o Pregoeiro se valerá da estrutura e da credibilidade das loterias da Caixa Econômica Federal, de forma clara, transparente e acessível a todos os interessados.

6.12.2. Ocorrendo empate com até 5 licitantes, o Agente de Contratação utilizará o sorteio da Loteria Federal, da seguinte forma:

I – O Agente de Contratação indicará a data do concurso que servirá como referência para o sorteio;

II – O Agente de Contratação vinculará um número do prêmio principal (1º ao 5º) a cada licitante, por ordem estritamente alfabética. Para fins de ordem alfabética, números precedem letras;

III – Verificado o sorteio, a ordem de classificação na licitação se dará na ordem decrescente de número de bilhetes sorteados;

IV – Será o primeiro colocado aquele que for sorteado com número maior de bilhete;

V – As colocações intermediárias, se houver, observarão a ordem decrescente dos números de bilhetes sorteados;



VI – Será o último colocado aquele que for sorteado com o número menor de bilhete.

6.12.3. Ocorrendo empate com mais de 5 licitantes, o Agente de Contratação utilizará quantos concursos referenciais forem necessários para abranger todos os licitantes empatados.

7. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro iniciará o julgamento da aceitabilidade das propostas apresentadas em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e seus anexos e aos preços estimados pela Administração.

7.1.1. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, observada a ordem de classificação.

7.2. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM ÚNICO, observados os parâmetros de variação de valores de cada faixa etária.**

7.3. A aceitação da proposta está condicionada à compatibilidade do seu valor ofertado com aqueles estimados pela Administração, sem prejuízo do atendimento às exigências expressas neste instrumento convocatório e seus anexos.

7.4. Obtida uma proposta que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro iniciará a negociação do preço, observada a ordem de classificação, encaminhando pelo Sistema Eletrônico, via chat, contraproposta à licitante, com o objetivo de obtenção de melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.5. No caso de oferta de preço demasiadamente inferior àquele estimado pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta, bem como realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada.

7.5.1. Em se tratando de serviços em geral, serão consideradas propostas presumidamente inexequíveis aquelas que:

- a) cujos preços apresentem valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 34 da IN SEGES 73/2022);
- b) não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.5.2. Verificada proposta presumidamente inexequível, o licitante será convocado, via chat, a apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de recusa da proposta:

- a) documentação idônea comprovando que o preço da proposta é suficiente para cobrir, pelo menos, todos os custos da contratação;
- b) Planilha com todos os custos;
- c) Comprovação da existência de custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5.3. O prazo previsto para comprovação de exequibilidade da proposta poderá ser prorrogado, mediante pedido da empresa licitante, desde que o pedido seja devidamente justificado. O prazo total, incluindo a prorrogação, será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.6. Encerrada a negociação, restando esta **infrutífera, com preço julgado inaceitável**, o Pregoeiro recusará a proposta do licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta do licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda a todas as exigências deste edital.



7.7. Encerrada a negociação, restando esta frutífera, com preço julgado aceitável, o Pregoeiro solicitará do licitante mais bem classificada, via sistema, a apresentação, **se for o caso**, de:

- a) proposta comercial atualizada;
- b) anexos de proposta;
- c) outros documentos necessários.

7.7.1. A apresentação de proposta, anexos e outros documentos, se exigidos, deve ser realizada pelo licitante através do Sistema ComprasGov, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da convocação do Pregoeiro.

7.8. Havendo dúvida quanto ao produto ofertado pelo licitante que apresentou o menor preço atender às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro poderá solicitar documentação complementar, no prazo e forma previstos no item 7.7.1, prorrogável, a critério do Pregoeiro.

7.8.1. O prazo para apresentação de documento previsto no item 7.8 poderá correr simultaneamente com o prazo previsto no item 7.7.1.

7.8.2. A não apresentação pelo licitante do documento solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

7.8.3. O prospecto ou as informações de site indicado pelo licitante serão submetidos à análise da unidade demandante do objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do produto ofertado em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.

7.9. Se, após a análise dos documentos encaminhados pelo licitante, for verificado que o produto ofertado não atende às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro recusará a proposta do licitante que ofertou o MENOR PREÇO para os itens em julgamento e passará a apreciar a proposta do licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

7.10. Será desclassificada a proposta:

- a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;
- b) cujo valor se encontre acima do preço estimado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos, e o licitante não queira reduzir ao preço estimado ou não manifeste interesse em negociar;
- c) cujo quantitativo seja inferior ao quantitativo máximo do objeto;
- d) que apresente vício insanável;
- e) que não atender às especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos;
- f) se a proponente não apresentar comprovações, documentação complementar, anexos e/ou não atender diligências solicitadas pelo Pregoeiro;
- g) se o licitante renunciar expressamente ao prazo estipulado para comprovações, complementações e diligências, e a renúncia for aceita pelo Pregoeiro.

7.11. Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação. O sistema automaticamente abrirá oportunidade para registro de intenção de recurso e passará à fase de habilitação.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação do licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:



- a) habilitação jurídica;
- b) habilitação técnica;
- c) habilitação fiscal, social e trabalhista;
- d) habilitação econômico-financeira;
- e) declarações legais.

8.2. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social constante no registro competente;
- b) no caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;
- c) ato de autorização para o exercício da atividade de operadora de Plano de Assistência à Saúde na modalidade de contratação coletivo empresarial, expedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nos termos do art. 9º, I, da Lei nº 9.656/98.**

8.2.1. Tratando-se de consórcios, deverá, ainda, ser apresentando o compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, que deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) designação do consórcio e sua composição;
- b) finalidade do consórcio;
- c) prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto lícitado;
- f) previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) indicação da empresa responsável pela liderança do consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado e atender às seguintes condições de liderança:
 - g.1) a líder do consórcio é a empresa que detém a maioria da participação no consórcio;
 - g.2) a empresa líder do consórcio deve ser empresa da área técnica, ou seja, empresa prestadora de serviços correspondente ao objeto;
 - g.3) a empresa líder será responsável por todos os atos administrativos, técnicos e judiciais nesse processo, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos consorciados.
- h) compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do órgão contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.

8.2.2. Tratando-se de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, deverá, ainda, ser apresentado:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social;
- c) comprovação do registro competente, incluindo o registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/71 8.2.2.1.

8.2.2.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa devem observar as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.



8.2.2.2. A cooperativa deve apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

8.2.2.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, deve ser capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas, salvo os profissionais indicados com responsáveis técnicos.

8.2.2.4. O objeto social da cooperativa deve ser compatível com o objeto desta licitação, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

8.3. Para comprovação da **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, o licitante deverá apresentar:

a) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, nos termos do ANEXO II; A declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

b) registro da empresa na Agência Nacional de Saúde, em plena validade, conforme o disposto no inciso XXII do art. 4º da Lei 9.961/00.

b.1) sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

c) comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

c.1) para fins da comprovação, os atestados devem estar em nome do licitante, comprovando a prestação de serviços com características similares ao objeto desta licitação, com prestação do serviço para no mínimo 50% do número total de vidas estimadas nesse instrumento e seus anexos integrantes,

c.2) será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

c.3) os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

c.4) o fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

c.5) serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

c.6) a apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

d) comprovante de Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) competente.

8.4. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** são os seguintes:

a) comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes distrital/municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) comprovação de regularidade perante as fazendas federal e distrital/municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



- d) comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA** são os seguintes:

- a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
 - a.1) caso seja positiva a certidão de falência, o licitante deve apresentar, no mesmo ato, a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.
 - a.2) o licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e em seus anexos.
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) em ambos os balanços;
 - b.1) caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
 - b.2) as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - b.3) os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - b.4) os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.6. Os documentos a serem apresentados a título de **DECLARAÇÕES LEGAIS** são os seguintes:

- a) ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- c) que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- d) que inexistente impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- g) que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- h) que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;



- i) que cumpra a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
- j) que não tem inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.6.1. Os documentos de que tratam as alíneas “a” a “i” do item 8.5, acima, poderão ser apresentados pelos licitantes diretamente no sistema ComprasGov.

8.6.2. A declaração de que trata a alínea “j”, do item 8.5 acima, deverá ser apresentada pelo licitante por meio de modelo de declaração, conforme ANEXO II deste edital.

8.7. Constituem documentos complementares à habilitação, a serem obtidas pelo Pregoeiro diretamente dos sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis:

- a) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php e obtenção de certidão negativa;
- b) comprovação de inexistência de registro como empresas inidôneas e/ou suspensa Sistema Integrado de Registro no CEIS/CNEP, mantido pela da Controladoria-Geral da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>, e, utilizando o número do CNPJ do licitante, obtenção da informação de que não foram encontrados registros;
- c) comprovação de inexistência de registro na Lista de Licitantes Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:4752632183492:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO e obtenção de certidão negativa.
- d) comprovação de situação do fornecedor junto ao SICAF, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras>) e obtenção do espelho.

8.7.1. Caso conste na consulta de situação do licitante junto ao SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.7.1.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.7.2. As consultas referentes às alíneas “a”, “b” e “c” do item 8.6 acima poderão ser substituídas pela consulta consolidada de pessoa jurídica no site do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.8. Tratando-se de empresa estrangeira que não funciona no Brasil, tanto em participação isolada ou que integre consórcio com liderança de empresa brasileira, tais empresas podem se cadastrar no SICAF mediante a apresentação de documentos equivalentes aos exigidos das empresas brasileiras e estrangeiras autorizadas a funcionar aqui.



8.9. No caso de um ou mais documentos requeridos não existirem em outros países, o responsável pelo cadastramento deverá justificar a omissão, em campo próprio, disponibilizado no sistema. A equivalência entre documentos e omissões na sua apresentação serão objeto de cuidadosa apreciação pelo Agente de Contratação, podendo promover a realização de diligências.

8.10. Relativamente à habilitação de consórcio de empresas:

8.10.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados por uma ou mais empresas consorciadas, admitindo-se, para efeito de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

8.10.2. É vedado à empresa consorciada participar, nesta licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada. A inobservância dessa regra importa no afastamento definitivo dos licitantes envolvidos, em qualquer fase do certame.

8.10.3. O consórcio, se vencedor, é obrigado a promover sua constituição e registro antes da celebração do contrato.

8.10.4. Não haverá substituição de consorciado durante o certame licitatório. Eventual substituição de consorciado poderá ocorrer somente na execução contratual e deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante mais bem classificado, observada a ordem de classificação.

9.2. A apresentação dos documentos de habilitação por parte da empresa licitante deverá ser realizada através do Sistema Compras.Gov.br, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da convocação do Pregoeiro.

9.2.1. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.3. A documentação exigida para atender ao disposto no item 8.1. poderá ser obtida pelo Pregoeiro mediante consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no que couber, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

9.4. Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pelo licitante ou dos registros no SICAF, a consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.4.1. Os documentos referidos no item 9.4 deste edital poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.



9.5. A empresa licitante é responsável pela manutenção das condições de habilitação durante todo o certame, devendo reapresentar documento cujo prazo de validade tenha expirado, quando convocada pelo Pregoeiro, na forma de documentação complementar.

9.6. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.

9.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do próprio licitante:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Documentos emitidos em nome da matriz somente serão válidas para suas filiais mediante expressa declaração do órgão emissor ou de disposição legal.

9.8. O licitante será INABILITADO se:

- a) não apresentar a documentação exigida no edital e solicitada pelo Pregoeiro;
- b) apresentar documentação intempestiva ou por meio inadequado;
- c) verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital;
- d) não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- e) o licitante expressamente renunciar ao prazo estipulado para comprovações, complementações e diligências e a renúncia for aceita pelo Pregoeiro.

9.9. No caso de inabilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte dos próximos licitantes, observada a ordem de classificação.

9.10. Verificado o atendimento às exigências habilitatórias fixadas no edital, o licitante será HABILITADO e declarado vencedor. O Pregoeiro abrirá oportunidade para registro de intenção de recurso, sucedendo-se a etapa recursal.

10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP

10.1. Não será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte na fase de habilitação, consoante dispõe o art. 4º, §1º, I, da Lei 14.133/21.

11. CONDIÇÕES GERAIS DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas e dos documentos de habilitação apresentados com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como promover diligências e solicitar documentação complementar, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário de reabertura.

11.2. Em qualquer momento, caso seja necessário para a adequada compreensão e regularidade da proposta e da habilitação, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações e/ou documentos complementares ou ajustes, sendo motivo de recusa ou inabilitação o não atendimento ou o atendimento inadequado por parte do licitante.

11.2.1. É vedada a majoração nos valores GLOBAL e UNITÁRIO da proposta quando da realização de ajustes.

11.3. Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados pelo licitante, seja para verificar o atendimento a exigências do edital,



ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais documentos de proposta ou de habilitação, por equívoco ou falhas, ou documentos cuja vigência/validade expiraram durante o certame ou, ainda, por outros motivos devidamente justificados, o Pregoeiro poderá solicitar a documentação necessária.

11.4. O Pregoeiro fará a solicitação de documentos de proposta, habilitação, anexos ou complementares via sistema comprasnet. O sistema encaminhará, via CHAT, mensagem de convocação para apresentação de anexos ao licitante selecionado, momento do qual passará a contar o prazo de até 2 (duas) hora para apresentação do documento solicitado, via sistema.

11.4.1. O prazo previsto no item 11.4 poderá ser prorrogado por igual período, a pedido do licitante, desde que a justificativa seja aceita pelo Pregoeiro e a solicitação seja apresentada dentro do prazo inicialmente estabelecido.

11.4.2. O ônus da apresentação da proposta, da habilitação, dos anexos, comprovações e documentação complementar é do licitante, cabendo-lhe exclusivamente a responsabilidade, no que concerne ao solicitado, pela escolha dos arquivos, a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como o conhecimento e a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

11.4.3. A não apresentação pelo licitante do anexo solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta ou inabilitação, conforme o caso.

11.5. Os documentos de proposta e de habilitação poderão ser submetidos à análise da unidade técnica/demandante competente para o objeto desta licitação, da qual será solicitada manifestação formal quanto ao atendimento ou não em relação às exigências definidas neste edital.

11.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais nas fases de julgamento de proposta e de habilitação não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

11.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para adequada aferição das propostas e da habilitação, devendo fundamentar seu requerimento, o qual terá pertinência das alegações analisada pelo Pregoeiro.

11.8. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

11.9. A recusa de proposta, a inabilitação do licitante e qualquer outra decisão serão sempre fundamentadas e registradas no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.10. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.11. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação, salvo se devidamente justificado e publicitado, observados o disposto no item 2.2.

12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Após o término de cada uma das fases de julgamento das propostas e de habilitação, o sistema abrirá, de forma automática, prazo para que qualquer licitante manifeste sua intenção de recorrer, devendo o licitante interessado fazê-lo de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema.



12.2. A ausência de manifestação imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 10 (dez) minutos, implicará preclusão do direito de recurso dos licitantes.

12.3. Apresentada a intenção de recurso, será concedido automaticamente o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso ao(s) licitante(s) interessado(s), a contar do encerramento da fase de habilitação.

12.4. Apresentadas as razões recursais, os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso no sistema.

12.5. A intenção de recorrer, as razões e as contrarrazões recursais devem ser apresentadas exclusivamente via sistema, em campo próprio, observados os respectivos prazos.

12.6. Caso o licitante pretenda anexar documentos na etapa recursal, deverá fazê-lo diretamente no sistema, em campo próprio.

12.7. O recurso será dirigido ao Pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à Direção-Geral, a qual proferirá sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.8. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação via e-mail licitacao@tre-ro.jus.br ou diretamente na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, sem ônus para o Tribunal.

12.9. A falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer.

12.10. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11. Superada a etapa recursal, a autoridade competente poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação, total ou parcialmente, por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DO CONTRATO

13.1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver o instrumento contratual, conforme modelo anexo a este edital, adaptada à proposta vencedora, devendo:

- a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;
- b) informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente, bem como os dados de contato, endereço e documentais da empresa e do responsável pela assinatura do instrumento contratual, encaminhando tais informações para o endereço e e-mail: contratos@trero.jus.br;
- c) comprovar, no ato da assinatura do instrumento contratual, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) assinar o instrumento contratual pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, adotando-se os seguintes procedimentos:
 - d1) após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do



TRE/RO, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;
d2) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do instrumento contratual, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar.

13.2. Se a adjudicatária/compromissária não cumprir os prazos estabelecidos na alínea “d1” e “d2” dos itens 13.1 e 13.2 acima, sem justificativa formalmente aceita pela Direção-Geral do TRE-RO ou se a documentação prevista na alínea “c” do item 13.1 acima não for apresentada, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, efetivar a contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos, além da demais cominações legais.

13.3. O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante do Contrato.

13.4. A Administração contratante efetuará o pagamento, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nos termos e condições definidos no Termo de Referência e Instrumento Contratual.

13.5. À relação contratual, além das disposições previstas neste Edital, aplicam-se a lei 14.133/21, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, a Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2023 e supletivamente, as regras do Código Civil Brasileiro.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se o LICITANTE/ADJUDICATÁRIO/COMPROMISSÁRIO/CONTRATADO descumprir os termos e condições deste certame, do contrato e da proposta, conforme o caso, ficará sujeita às sanções previstas neste edital e seus anexos, além das estabelecidas na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil.

14.2. Sujeita-se à aplicação de multa de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, o LICITANTE/ADJUDICATÁRIO/COMPROMISSÁRIO/CONTRATADO que cometer as seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;
- i) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- j) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



14.3. Sujeita-se à aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, o licitante/adjudicatário que cometer as condutas previstas nas alíneas b, c e h do item 14.2.

14.4. Sujeita-se à aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar e ficará impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, o licitante/adjudicatário que cometer a condutas previstas as alíneas d, f, g, h, i, j e k do item 14.2 ou praticar quaisquer das outras condutas previstas no item 14.2 que justifique a imposição dessa penalidade mais grave.

14.5. A aplicação da sanção prevista no item 14.2 poderá ser cumulada com as sanções previstas nos itens 14.3 e 14.4.

14.6. A aplicação das sanções aqui previstas deve observar o disposto na legislação específica e não impede a aplicação de outras sanções, de acordo com a análise do caso concreto, desde que não sejam incompatíveis e estejam expressamente previstas no edital e em seus anexos, no instrumento contratual e na legislação correlata.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Os participantes de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

15.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração e não contrariem as regras do edital e da legislação.

15.3. A autoridade competente e o Pregoeiro, caso entendam necessário, poderão efetuar diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação podendo, inclusive, solicitar a apresentação do original ou de cópia autenticada no prazo estipulado. Poderá, ainda, se necessário, solicitar informações da unidade técnica, demandante, especializada e outras unidades, bem como solicitar apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

15.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.5. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

15.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, observar-se-á:
a) quando contados em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

- b) quanto contados em horas, a contagem será feita minuto a minuto, desprezando-se as frações de minuto, para mais ou para menos;
- c) quanto contados em minutos, a contagem será feita segundo a segundo, desprezando-se as frações de segundo, para mais ou para menos.
- d) somente se iniciam e vencem os prazos quando houver expediente no TRE/RO, observando-se sempre o horário de Brasília/DF.

15.8. Considerando a existência de mais de um fuso horário no País, os horários registrados neste edital serão considerados, sempre, em relação ao horário oficial de Brasília.

15.9. A decisão do Pregoeiro, quanto ao resultado do certame, será publicada no PNCP.

15.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.11. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na lei 14.133/21 e na legislação correlata.

5.12. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Modelo de proposta e declarações;

ANEXO II – Modelo de declaração;

ANEXO III – Estudo técnico preliminar;

ANEXO IV – Termo de referência;

ANEXO V – Minuta de contrato.

Porto Velho, 14 de maio de 2026.

ANDERCLEDSON REIS
PREGOEIRO



ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA
(IDENTIFICAÇÃO / LOGO / MARCA / TIMBRE DA EMPRESA)

Razão social, nome de fantasia e CNPJ:

Nome e cargo do Representante:

Endereço completo:

Contatos (telefone e e-mail):

A proposta de preço apresentada, abrange todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços em perfeita consonância com a especificação do Termo de Referência, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, é de:

Item	Especificação	Faixa etária	Quantidade de usuários (<u>estimada</u>)	Valor unitário (mensal)
1	Operadora de Serviços Médicos e Hospitalares	0-18	176	
		19-23	38	
		24-28	19	
		29-33	28	
		34-38	55	
		39-43	70	
		44-48	68	
		49-53	36	
		54-58	42	
		59 ou mais	118	
		Total	650	

2. Declaramos estar cientes de que o quantitativo informado possui caráter meramente estimativo, sendo o pagamento efetuado com base na quantidade efetiva de vidas apurada no mês imediatamente anterior ao da prestação dos serviços. Reconhecemos, ainda, que o número de vidas poderá sofrer variações, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos do Edital e seus Anexos.

3. O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado mediante anuência do proponente.

4. Declaramos que cumprimos integralmente todas as especificações, condições e prazos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e em seus Anexos.

5. Declaramos que a proposta foi elaborada em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa ANS nº 563, de 15 de dezembro de 2022, observando-se, em especial:

I – a distribuição do público-alvo em 10 (dez) faixas etárias, nos termos do art. 2º da referida norma;

II - o valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a seis vezes o valor da primeira faixa etária;

III - a variação acumulada entre a sétima e a décima faixas não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas.

IV - as variações por mudança de faixa etária não podem apresentar percentuais negativos.

LOCAL E DATA
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



ANEXO
MODELO DE DECLARAÇÃO
(IDENTIFICAÇÃO / MARCA / LOGO / TIMBRE DA EMPRESA)

Pregão Eletrônico:

Nome de Fantasia, razão social e CNPJ:

Endereço completo:

Contatos (e-mail e telefones):

Responsável:

A empresa _____, CNPJ _____, por meio de seu responsável legal, DECLARA que:

a) dispõe de estabelecimentos prestadores de serviços de assistência à saúde, próprios ou integrantes de sua rede credenciada, referenciada, conveniada, cooperada ou vinculada sob qualquer forma admitida pela legislação de saúde suplementar, com abrangência em âmbito nacional, **conforme relação anexo (ANEXAR)**;

b) todos os estabelecimentos de que tratam o item anterior aceitam, como forma de proporcionar o atendimento, além da identificação do usuário, apenas a apresentação da credencial fornecida pela própria contratada;

c) todos os estabelecimentos de que tratam na alínea "a" (acima), indicados pela contratada, não exigem qualquer tipo de adiantamento pecuniário ou qualquer tipo de garantia prévia para o atendimento dos usuários regularmente identificados;

d) apresenta, **EM ANEXO (ANEXAR)**, documento que assegure o compromisso de relacionamento com outras entidades para a prestação dos serviços fora de sua área de atuação direta, apresentando, ainda, a relação de estabelecimentos profissionais credenciados, com a indicação dos endereços e especialidades dos consultórios de seus profissionais, hospitais, centros médicos, clínicas, laboratórios, centros radiológicos e serviços de enfermagem com os respectivos horários de atendimento credenciados junto a empresa licitante a prestar o atendimento aos beneficiários e seus dependentes, no Estado de Rondônia, e ainda, nas demais capitais e outras cidades da Federação e Distrito Federal, devidamente atualizado;

d.1) essa comprovação do credenciamento de hospitais e laboratórios deverá, no mínimo, atender aos Municípios de **Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Jaru, Vilhena, Guajará-Mirim e Rolim de Moura**.

e) possui disponibilidade da prestação de serviço de UTI no ar, para atendimento do público alvo, nos termos contratuais.

f) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação e tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

g) não tem inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

LOCAL E DATA
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 28/2026 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE E DEMANDANTE (obrigatório)

Unidade solicitante: COEDE

Unidade demandante: SGP

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Descrever:

A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade da prestação de serviços de assistência suplementar à saúde aos magistrados, servidores e respectivos dependentes deste Tribunal, considerando o término da vigência do Contrato nº 22/2025 ([1371032](#)), celebrado com a empresa Unimed Porto Velho, previsto para expirar em 16/06/2026. A descontinuidade desse serviço poderá comprometer o acesso regular e adequado à assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, ocasionando prejuízos à saúde e ao bem-estar dos beneficiários.

O serviço de assistência à saúde indireta encontra-se atualmente amparado pelo Contrato nº 22/2025 ([1371032](#)), firmado com a UNIMED Porto Velho – Sociedade Cooperativa Médica Ltda., cuja execução está submetida a condição resolutiva, em razão da permanência da contratada em situação irregular junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN). A persistência da referida irregularidade cadastral, aliada ao risco concreto de rescisão contratual, bem como às dificuldades verificadas no último certame licitatório para o objeto ([1362636](#)), evidenciou a necessidade de adoção imediata de providências administrativas visando à realização de nova contratação, com início de vigência a partir do exercício de 2026, de modo a prevenir solução de continuidade na prestação do serviço.

A necessidade da contratação encontra respaldo nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente na Resolução CNJ nº 207, de 2015, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, estabelecendo que os tribunais devem prestar assistência à saúde, ainda que de forma indireta, por meio de planos de saúde ou auxílio-saúde, observados padrões mínimos de cobertura. Ademais, a Resolução CNJ nº 294, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Resoluções nº 495, de 29 de março de 2023, e nº 500, de 24 de maio de 2023, todas vigentes, regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar no âmbito do Poder Judiciário, determinando que os órgãos instituem programas dessa natureza, observadas a disponibilidade orçamentária, o planejamento estratégico institucional e os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

A contratação visa proporcionar aos beneficiários condições adequadas de acesso à assistência médica, contribuindo para a promoção, prevenção e recuperação da saúde, bem como para a melhoria da qualidade de vida. Tal medida reflete diretamente no bem-estar dos magistrados e servidores, com impactos positivos na motivação, na produtividade e na eficiência das atividades institucionais, além de contribuir para a redução dos índices de absenteísmo e afastamentos por motivos de saúde.

Destaca-se, ainda, a necessidade de que o plano de saúde possua abrangência nacional, em razão da existência de servidores lotados em diferentes unidades da federação, bem como da frequência de deslocamentos a serviço para outras localidades. Ademais, há dependentes que residem fora do estado de Rondônia, o que torna indispensável a garantia de cobertura assistencial ampla, não restrita apenas a atendimentos de urgência e emergência, mas também aos procedimentos eletivos e de acompanhamento regular da saúde.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Por fim, a contratação encontra-se alinhada aos objetivos estratégicos deste Tribunal, especialmente no que se refere à valorização das pessoas, à promoção da saúde e à melhoria das condições de trabalho, assegurando suporte assistencial adequado e contribuindo para o pleno desempenho das atividades institucionais e para a prestação de serviços públicos com maior qualidade e eficiência.

**3. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATEGICO DO TRIBUNAL
(obrigatório)**

3.1 A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico do TRE-RO?

- () Não, **justificar:** _____.
- (x) Sim, **descrever quais:** Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

3.2 Consta do PCA 2026:

- (x) Sim, no item nº _____;
- () Não, justificar: _____.

3.3 Qual objetivo, indicador ou meta do Plano de Logística Sustentável - PLS serão atendidos com a contratação?

Descrever: _____.

ou

(x) Sem relação com o PLS (**justificar**): Não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas ao objeto pretendido nesta contratação constante no PLS 2021-2026 que foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 59/2025.

Todavia, o art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021 estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis, citando, entre eles, alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Em razão desses normativos, estão sendo exigidos os seguintes requisitos ambientais tal como que a contratada que utilize, desde que possível, a **via digital** para envio de formulários, frequência, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÕES

4.1 Informação sobre **contratações correlatas e/ou interdependentes que deverão ser realizadas em função desta:** *(Inclusive sobre necessidade de contratação de terceiros (empresa ou pessoa física) para auxiliar a fiscalização do contrato - Art. 117, § 44º da Lei nº 14.133/2021):*

Descrever: _____.

- (x) Não há.

4.2. Caso necessário, informar também eventuais providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato (**providências preliminares**):

- () Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação: _____;
- () Instalação elétrica: _____;
- () Instalação lógica: _____;



() Alteração de *layout*: _____;

() Outra: _____.

(x) Não se aplica.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 REQUISITOS PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Requisitos do negócio:

Descrever:

A presente contratação deverá atender aos seguintes requisitos de negócio, necessários ao atendimento da demanda institucional por assistência suplementar à saúde dos beneficiários:

1. Operação por pessoa jurídica regularmente autorizada:
O serviço deverá ser prestado por pessoa jurídica operadora de plano de assistência à saúde devidamente registrada e autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em conformidade com a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e demais normativos aplicáveis.
2. Modalidade de plano coletivo empresarial:
Disponibilização de plano de assistência à saúde na modalidade coletivo empresarial, destinado aos beneficiários definidos no Termo de Referência, incluindo titulares e dependentes elegíveis.
3. Cobertura assistencial integral:
Garantia de cobertura médico-hospitalar completa, compreendendo, no mínimo:
 - atendimentos ambulatoriais;
 - consultas médicas em todas as especialidades reconhecidas;
 - atendimentos hospitalares, incluindo obstetrícia;
 - procedimentos cirúrgicos;
 - internações clínicas e cirúrgicas, eletivas e de urgência e emergência;
 - exames laboratoriais e complementares;
 - serviços auxiliares de diagnóstico e terapia;
 - demais procedimentos previstos no rol da ANS.
4. Abrangência geográfica nacional:
Disponibilização de rede credenciada com cobertura assistencial em todo o território nacional, assegurando atendimento aos beneficiários independentemente da sua localização.
5. Rede assistencial adequada e suficiente:
Disponibilização de rede credenciada composta por hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais de saúde aptos a garantir atendimento adequado, em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades dos beneficiários.
6. Internação em acomodação individual:
Garantia de internação hospitalar em acomodação do tipo apartamento individual, com banheiro privativo, assegurando condições adequadas de conforto, privacidade e recuperação.
7. Ausência de coparticipação ou franquia:
O plano deverá ser ofertado sem cobrança de coparticipação, franquia ou qualquer tipo de pagamento adicional por utilização dos serviços cobertos, assegurando acesso integral aos atendimentos previstos.
8. Modelo de custeio per capita por faixa etária:
A solução deverá adotar modelo de custeio com pré-pagamento per capita, estruturado por faixa etária, conforme regulamentação vigente, permitindo previsibilidade orçamentária e adequada gestão financeira do contrato.
9. Cobertura de doenças e condições preexistentes e crônicas:
Garantia de cobertura assistencial para doenças e condições preexistentes e crônicas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

10. Garantia de continuidade da assistência:
A solução deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços de assistência à saúde durante toda a vigência contratual, evitando desassistência aos beneficiários.
11. Gestão operacional e administrativa do plano:
Disponibilização de estrutura administrativa e operacional para atendimento aos beneficiários, incluindo:
 - emissão de carteiras de identificação;
 - canais de atendimento ao usuário;
 - autorizações de procedimentos;
 - inclusão e exclusão de beneficiários;
 - suporte técnico e administrativo à contratante.

Requisitos de capacitação:

Descrever:

(x) não se aplica porque: em decorrência da natureza do objeto.

Requisitos legais:

Descrever:

A contratação do serviço de assistência complementar à saúde deverá observar integralmente a legislação vigente, normas regulatórias e demais dispositivos aplicáveis, garantindo a legalidade, regularidade e segurança jurídica da contratação e da prestação dos serviços. Nesse sentido, a solução deverá atender aos seguintes requisitos legais:

1. Autorização de funcionamento pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS):
A operadora contratada deverá estar regularmente registrada e autorizada a funcionar junto à ANS, em situação ativa e regular, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e normas complementares.
2. Conformidade com a Lei nº 9.656/1998:
O plano de assistência à saúde deverá atender integralmente às disposições da Lei nº 9.656/1998, que regula os planos e seguros privados de assistência à saúde, incluindo coberturas obrigatórias, garantias assistenciais, direitos dos beneficiários e obrigações das operadoras.
3. Observância das normas e resoluções da ANS:
A operadora deverá cumprir todas as Resoluções Normativas, Instruções Normativas e demais regulamentos expedidos pela ANS, incluindo aqueles relativos a:
 - cobertura assistencial obrigatória (Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde);
 - prazos máximos de atendimento;
 - garantia de atendimento;
 - rede assistencial mínima;
 - solvência e regularidade econômico-financeira;
 - portabilidade, carências e demais direitos dos beneficiários.
4. Conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:
A contratação deverá observar as disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, especialmente quanto à formalização contratual, requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira da operadora.
5. Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018):
A operadora deverá assegurar o tratamento adequado dos dados pessoais e sensíveis dos beneficiários, especialmente dados de saúde, adotando medidas técnicas e administrativas que garantam a confidencialidade, integridade e segurança das informações.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

() não se aplica porque: _____.

Requisitos de garantia e manutenção:

Serão exigidas as seguintes garantias:

() **Apenas a garantia legal** (todo produto, por lei, tem garantia, independente de ser oferecida ou não pelo fornecedor. É a chamada “garantia legal”: **30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis** (art. 26, I, e II, CDC).

() **Garantia complementar à legal** (A garantia oferecida pelo fornecedor, complementar à legal, é aquela exigida pelas especificidades do objeto, que deve ser justificada pela unidade, geralmente por ser uma prática observada no mercado para aquele produto ou serviço).

Justificativa: _____.

(x) Não será exigida **porque:** em decorrência da natureza do objeto.

Requisitos temporais:

Descrever:

1. Natureza continuada do serviço:

O serviço possui natureza continuada, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 2021, em face da necessidade permanente de sua disponibilização para uso dos beneficiários a qualquer tempo, uma vez que está diretamente relacionado ao atendimento assistencial à saúde e ao bem-estar dos usuários.

Sua interrupção poderá comprometer o atingimento dos objetivos institucionais, considerando que se trata de serviço essencial e que não há, no quadro próprio da Administração, meios ou recursos humanos capazes de suprir essa demanda por execução direta.

2. Data de início da prestação dos serviços:

A prestação dos serviços deverá ter início em **17 de junho de 2026**, data a partir da qual a operadora contratada deverá garantir a cobertura integral dos beneficiários, assegurando o acesso à rede credenciada, aos atendimentos e aos demais serviços previstos no contrato.

3. Prazo de vigência contratual:

O contrato terá vigência inicial de **5 (cinco) anos**, contados a partir de 17 de junho de 2026, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantagem para a Administração, até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, conforme previsto no art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Justificativa para a contratação plurianual

A definição de vigência contratual por período mais amplo mostra-se vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, tendo em vista que:

a) assegura a continuidade da assistência à saúde, evitando prejuízos decorrentes de eventual descontinuidade do serviço;

b) promove maior estabilidade contratual e assistencial aos beneficiários, que dependem de acompanhamento contínuo e acesso regular à rede credenciada;

c) contribui para a obtenção de condições contratuais mais vantajosas, em razão da diluição de custos operacionais e administrativos ao longo de período mais extenso;

d) reduz custos administrativos e retrabalhos decorrentes da realização frequente de novos procedimentos licitatórios ou prorrogações de curto prazo;

e) atende aos princípios da eficiência e da economicidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021;

f) favorece a eficiência da fiscalização contratual, permitindo o acompanhamento mais consistente da execução por parte da mesma operadora ao longo do tempo, desde que mantidas as condições contratuais e a qualidade dos serviços prestados;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

g) possibilita a reavaliação das condições de mercado ao término do período contratual, garantindo a verificação da vantajosidade e da adequação da solução às necessidades institucionais.

5. Garantia de continuidade da assistência durante toda a vigência contratual:
A solução deverá assegurar a prestação contínua e ininterrupta dos serviços durante toda a vigência do contrato, inclusive em eventual transição contratual, de forma a evitar qualquer prejuízo à assistência à saúde dos beneficiários.

Tratando-se de **registro de preços**: Indicar as datas previstas para as entregas ou início da execução dos serviços:

CRONOGRAMA DE ENTREGAS OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

NÃO SE APLICA

Exercício:

Mês/semestre:

Quantidade:

Unidade:

Requisitos de Segurança da Informação:

Caso se refira à contratação de TIC, ou tenha correlação com a área de TIC: _____.

(x) não se aplica.

Requisitos ambientais, econômicos, sociais e culturais:

Descrever:

1. Requisitos ambientais

A solução deverá observar a legislação ambiental e sanitária aplicável aos serviços de saúde, especialmente:

1. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde, conforme Resolução CO-NAMA nº 358/2005 e Resolução RDC nº 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
2. Adoção de boas práticas no processamento de produtos para saúde, nos termos da RDC nº 15/2012 da ANVISA;
3. Incentivo à utilização de meios digitais para comunicação e gestão do plano, sempre que possível, visando à redução do consumo de papel.

2. Requisitos sociais

A solução deverá observar:

1. As normas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, em especial a Norma Regulamentadora NR 32;
2. A garantia de atendimento digno, humanizado e sem discriminação aos beneficiários;
3. O cumprimento das normas sanitárias aplicáveis aos estabelecimentos integrantes da rede assistencial.

3. Requisitos econômico:

A solução deverá contribuir para a sustentabilidade econômica da contratação, mediante:

1. Modelo de custeio que assegure previsibilidade orçamentária (preço per capita por faixa etária);
2. Vigência contratual compatível com a natureza continuada do serviço, promovendo eficiência administrativa e redução de custos operacionais decorrentes de contratações frequentes.

4. Requisitos institucionais e culturais

A solução deverá observar princípios de ética, integridade, respeito à diversidade e humanização do atendimento em saúde, alinhando-se aos valores institucionais e às diretrizes de desenvolvimento sustentável aplicáveis à Administração Pública.

() não se aplica porque: _____.

Requisitos técnicos:

Descrever: _____.

(x) não se aplica porque:em decorrência da natureza do objeto.

Metodologia de trabalho e implantação da solução:

Local de execução dos

serviços: Prestação de serviço em âmbito Nacional, conforme descrição do objeto.

Outros aspectos relevantes:

1. Reembolso:

- **Reembolso em caso de indisponibilidade ou inexistência de cobertura:** Na hipótese de indisponibilidade de atendimento nos prazos máximos previstos na RN ANS nº 566/2022 ou inexistência de atendimento no município demandado **há necessidade de consulta prévia à Operadora do Plano de Saúde** e será assegurado ao beneficiário reembolso das despesas efetuadas com os atendimentos previstos na cobertura contratual nos termos da supracitada RN.;
- Na hipótese de **urgência ou emergência** em município sem rede assistencial, será assegurado ao beneficiário o **reembolso integral das despesas realizadas sem necessidade de autorização prévia, respeitando as Resoluções CONSU nº 8 e 13, ambas de 3 de novembro de 1998, ou os normativos que vierem a substituí-las;**
- O reembolso deverá ser efetuado, no máximo, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal pelo usuário dos serviços diretamente à empresa contratada;

2) Internação hospitalar:

- Atender as solicitações de pedidos de internação realizados por médico assistente não pertencente à REDE CREDENCIADA, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à Auditoria Médica da contratada, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela contratada (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos serem apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da REDE CREDENCIADA para obtenção de atendimento. Poderão, no entanto, tais solicitações serem submetidas à junta médica da contratada.
- Emitir guia de internação nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato. O procedimento para realização de internações hospitalares, observará:
- O pedido de internação, devidamente expedido pelo médico assistente, acompanhado da credencial de identificação e da identidade civil do beneficiário, poderá ser submetido à apreciação da Auditoria Médica da contratada para imediata emissão de guia de internação;

- Após a apreciação do pedido de internação, e havendo divergência técnico-assistencial, a contratada deverá cumprir as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS quanto a instauração de Junta Médica, nos termos da Resolução Normativa nº 424/2017 (ou normativa que venha substituir e (ou) complementar esta, durante a vigência do contrato).
- A internação hospitalar no estabelecimento credenciado será realizada mediante apresentação da guia de internação expedida pela contratada, acompanhada do pedido de internação preenchido pelo médico assistente, credencial de identificação da contratada e identidade civil, dispensado o comprovante de pagamento;
- Para os casos de urgência e/ou emergência, assim definidos os que implicam risco imediato de vida ou lesões irreparáveis para o beneficiário, cuja caracterização depende tão-somente de declaração do médico assistente, a internação será realizada mediante apresentação do pedido de internação preenchido pelo médico assistente, credencial de identificação da contratada e identidade civil, dispensado o comprovante de pagamento, devendo o beneficiário ou responsável providenciar a guia de internação até o terceiro dia útil seguinte ao da hospitalização;
- As despesas extraordinárias realizadas pelo paciente beneficiário e/ou acompanhante, não-relacionadas diretamente com o tratamento, serão de responsabilidade do beneficiário, sendo pagas diretamente à entidade hospitalar;
- Não serão autorizadas internações que atendam exclusivamente com tabelas próprias/diferenciadas, cujos valores ultrapassem os praticados pela contratada com os demais prestadores.
- Nas internações hospitalares o beneficiário disporá de apartamento individual.
- As órteses, próteses e demais materiais e aparelhos ortopédicos, tais como pinos, parafusos, placas, platinas, marcapassos, serão de cobertura obrigatória exclusivamente quando ligados ao ato cirúrgico coberto pelo plano de saúde, nos termos da legislação vigente, da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021 e do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

3) Autorização para realização de exames:

- Atender as solicitações de exames realizados por médico assistente não pertencente à REDE CREDENCIADA, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à Auditoria Médica da contratada, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela contratada (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos serem apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da REDE CREDENCIADA para obtenção de atendimento. Poderão, no entanto, tais solicitações serem submetidas à junta médica da contratada.
- Quando não necessitarem de prévia autorização da auditoria médica da contratada os exames serão realizados mediante apresentação da solicitação do médico assistente, da credencial e de identidade civil do beneficiário ao estabelecimento credenciado, não sendo necessária a apresentação de comprovante de pagamento.
- Os exames que necessitarem de prévia autorização da Auditoria Médica da contratada obedecerão aos seguintes procedimentos:
- O pedido de exame expedido pelo médico assistente, acompanhado da credencial de identificação e da identidade civil do beneficiário, deverá ser submetido à apreciação da Auditoria Médica da contratada que, expedirá autorização para realização observados os Prazos Máximos de Atendimento estabelecidos pela ANS;
- Em casos de divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelas operadoras de planos de assistência à saúde deve-se cumprir as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS quanto a instauração de Junta Médica, nos termos da Resolução Normativa nº 424/2017 (ou normativa que venha substituir e (ou) complementar esta, durante a vigência do contrato).
- As requisições de exames poderão ser solicitadas por médicos deste Regional ou por outros médicos não conveniados, as quais serão transcritas/trocadas na sede administrativa da empresa contratada pela respectiva guia padrão.

4) Remoção aérea:

- Prestar remoção, aérea e/ou terrestre, inter-hospitalar, comprovadamente necessária, aos beneficiários do contratante, conforme parecer do médico assistente responsável pelo paciente e da equipe do Serviço Aero-médico responsável pelo traslado, em âmbito nacional, desde que atendidas as exigências contratuais e critérios técnicos aeromédicos vigentes. O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI no ar) deverá ser



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

() Não se aplica. Simples entrega da solução.

A execução contratual observará as rotinas:

Não se aplica

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Consultas e estudos realizados:

AÇÃO

() Consulta a fornecedores. Documentação gerada (e-mails, relatórios, atas de reuniões, orçamentos, etc.). **Descrever e indicar os eventos:** _____.

(x) Consulta a contratações de outros órgãos. Documentação gerada (e-mails, Editais de licitação, atas de registro de preços, contratos, etc.). **Descrever e indicar os eventos:** Contrato TRE-RO ([1500427](#)), Ata de Registro de Preço - CORE/SP ([1500431](#)), Contrato TRT 2ª Região ([1500441](#)), Anexo Tabela Referência TJ-MA ([1500444](#)), Anexo Tabela Referência TRF 5 ([1500454](#)) e Termo de Convênio TRT 14 ([1500461](#)) .

() Consulta Painel de Preços ou Banco de preços. Documentação gerada (relatórios, outros). **Descrever e indicar os eventos:** _____.

() Estudos técnicos. Documentação gerada (relatórios, estudos, outros). **Descrever e indicar os eventos:** _____.

() Não obrigatório. justificar: _____

6.2 Análise das soluções/alternativas possíveis:

Descrição da Solução 1: Autogestão própria

Atendimento aos requisitos: Prestação de assistência à saúde.

Vantagens e desvantagens da solução:

Desvantagem:

- **Capacidade operacional limitada:** o efetivo reduzido da SAMES compromete a gestão eficiente e contínua de atividades complexas, como regulação, auditoria, credenciamento e acompanhamento assistencial;
- **Necessidade de estrutura administrativa robusta:** exige criação ou ampliação de equipe técnica especializada, com impacto direto em custos administrativos;
- **Alta complexidade de implementação e gestão:** envolve processos contínuos e especializados, demandando sistemas, expertise e governança próprios;
- **Limitação da rede assistencial em Rondônia:** a oferta restrita de serviços de saúde, especialmente de média e alta complexidade, dificulta a formação e manutenção de rede própria adequada;
- **Dificuldade de replicação em âmbito nacional:** a estruturação de um modelo próprio com cobertura equivalente em diferentes localidades do país apresenta elevada complexidade operacional e custos significativos;
- **Risco elevado de desassistência:** dificuldade de garantir cobertura ampla e tempestiva aos beneficiários, especialmente em procedimentos de maior complexidade;
- **Assunção integral do risco financeiro:** a Administração passa a responder diretamente pela sinistralidade, impactando a previsibilidade orçamentária;
- **Imprevisibilidade de custos:** eventos de alta complexidade podem gerar despesas elevadas e inesperadas;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

- **Sobrecarga administrativa:** aumento significativo das atribuições da unidade gestora;
- **Elevado risco institucional:** a combinação de limitações operacionais, assistenciais e financeiras torna o modelo pouco seguro no cenário atual.

Vantagem:

- **Controle integral da gestão:** permite à Administração gerir diretamente todas as etapas da assistência à saúde, incluindo credenciamento, regulação e auditoria;
- **Personalização do modelo assistencial:** possibilita estruturar o plano conforme as necessidades específicas dos beneficiários;
- **Eliminação de intermediários:** reduz custos relacionados a margens de lucro e taxas administrativas de operadoras;
- **Maior autonomia decisória:** confere liberdade para definição de regras, coberturas e políticas de utilização;
- **Potencial de economia no longo prazo:** caso bem estruturado, pode gerar redução de custos mediante gestão eficiente da sinistralidade;
- **Transparência na gestão dos recursos:** permite maior controle e rastreabilidade dos gastos assistenciais;
- **Possibilidade de implementação de programas próprios:** como ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e acompanhamento de beneficiários.

Valor Estimado: Considerando que a contratação se dará por meio de credenciamento de prestadores de serviços e contratação direta da rede assistencial, não é possível estimar previamente o valor total da contratação, tendo em vista a variabilidade da demanda e dos serviços a serem efetivamente utilizados.

Solução Escolhida:

() Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

(x) Não.

Descrição da Solução 2: Autogestão (convênios)

Atendimento aos requisitos: Prestação de assistência à saúde.

Vantagens e desvantagens da solução:

Vantagem:

- **Redução de custos assistenciais:** por não possuir finalidade lucrativa, o modelo tende a apresentar valores mais competitivos em comparação às operadoras de mercado;
- **Maior previsibilidade orçamentária:** a lógica mutualista e a possibilidade de definição de valores per capita contribuem para melhor planejamento financeiro;
- **Ausência de intermediação lucrativa:** elimina margens de lucro típicas do setor privado, direcionando os recursos diretamente à assistência;
- **Aderência ao modelo público:** solução amplamente adotada por órgãos e entidades da Administração Pública;
- **Possibilidade de maior controle institucional:** permite acompanhamento mais próximo da gestão do plano e maior participação da Administração na definição de diretrizes assistenciais;
- **Flexibilidade na modelagem do plano:** possibilita ajustes nas coberturas, rede e regras de utilização conforme as necessidades do órgão;
- **Menor dependência de mercado restrito:** reduz os riscos associados à baixa competitividade nas licitações de operadoras;
- **Estabilidade contratual:** relações baseadas em convênios ou adesões institucionais tendem a apresentar menor volatilidade;
- **Potencial de sustentabilidade no longo prazo:** modelo mais equilibrado entre custo e assistência;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

- **Dispensa de procedimento licitatório:** a contratação pode ser formalizada por meio de convênio ou adesão, o que confere maior celeridade ao processo;
- **Adequação ao prazo disponível:** considerando o tempo exíguo até o vencimento do contrato vigente, a adoção desse modelo mostra-se vantajosa por viabilizar solução mais rápida, reduzindo o risco de descontinuidade da assistência.

Desvantagem:

- **Limitação da rede assistencial em Rondônia:** o estado apresenta oferta restrita e concentrada de serviços de saúde, especialmente em procedimentos de média e alta complexidade, o que pode impactar a qualidade e a abrangência do atendimento;
- **Menor capilaridade da rede credenciada:** em comparação às operadoras de mercado, as entidades de autogestão podem possuir rede mais limitada no âmbito estadual;
- **Possível necessidade de deslocamento:** beneficiários podem precisar se deslocar para outros municípios ou até para fora do estado para realização de atendimentos especializados;
- **Risco de redução do padrão assistencial:** a migração pode implicar perda de benefícios atualmente existentes, como ausência de coparticipação, remoção aeromédica e internação em quarto individual;
- **Dependência de rede indireta:** a prestação dos serviços depende da capacidade de credenciamento da entidade, podendo haver variações na disponibilidade de prestadores;
- **Complexidade jurídica:** a formalização por convênio ou adesão exige fundamentação robusta quanto à vantajosidade e à legalidade da não realização de licitação;
- **Risco de questionamentos por órgãos de controle:** a adoção do modelo sem procedimento licitatório demanda justificativas consistentes e bem documentadas;
- **Necessidade de adaptação dos beneficiários:** eventual mudança de modelo pode gerar impacto inicial, com necessidade de adequação à nova rede e às regras de utilização;
- **Dependência da capacidade operacional da entidade:** a qualidade do atendimento está diretamente relacionada à gestão e à estrutura da entidade de autogestão.

Valor Estimado: R\$ 37.225.034,40 (trinta e sete milhões, duzentos e vinte e cinco mil e trinta e quatro reais e quarenta centavos),

Baseando-se nos valores vigentes no contrato celebrado com o TRE-RR - Portaria TRE-RR ([1500541](#)), considerando 5 anos de contrato e 650 vidas, conforme distribuição por faixa etária do contrato com o TRE-RO.

Solução Escolhida:

() Sim - Justificativa

(x) Não.

Descrição da Solução 3: Licitação para contratação de Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial

Atendimento aos requisitos: Prestação de assistência à saúde.

Vantagens e desvantagens da solução:

Vantagem:

- **Busca pela proposta mais vantajosa:** possibilita a obtenção de melhores condições econômicas e contratuais, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência;
- **Readequação do modelo contratual:** permite revisar e atualizar as especificações do plano de saúde, ajustando coberturas, rede assistencial e regras de utilização à realidade atual do mercado e às necessidades dos beneficiários;
- **Ampliação da competitividade:** ainda que o mercado seja restrito, a realização de novo certame pode estimular a participação de outros potenciais fornecedores, especialmente com a adoção de estratégias como revisão de exigências e maior flexibilidade no edital;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

- **Mitigação de riscos jurídicos:** possibilita a contratação de operadora em plena regularidade fiscal e cadastral, evitando situações como impedimentos decorrentes de registros no CADIN;
- **Fortalecimento da segurança jurídica:** assegura aderência integral às disposições da Lei nº 14.133/2021, reduzindo riscos de questionamentos por órgãos de controle;
- **Possibilidade de inovação contratual:** permite incorporar novos mecanismos de gestão, como programas de promoção à saúde, medicina preventiva e ferramentas de controle de custos;
- **Planejamento de longo prazo:** viabiliza a estruturação de contrato mais sustentável, com critérios de reajuste, coparticipação (se adotada) e gestão de sinistralidade mais alinhados à realidade orçamentária do Tribunal;
- **Redução da dependência de fornecedor específico:** contribui para diversificar opções e evitar concentração contratual, ainda que de forma limitada pelo mercado.

Desvantagem:

- **Risco de baixa competitividade:** considerando o histórico dos certames e a limitação do mercado local, há possibilidade de participação reduzida de licitantes ou até de licitação deserta ou fracassada;
- **Possibilidade de propostas menos vantajosas:** diante da escassez de operadoras aptas e da tendência de restrição de coberturas no mercado, é possível que as propostas apresentadas tragam condições inferiores às atualmente vigentes;
- **Dificuldade de manutenção do padrão assistencial:** planos com características como ausência de coparticipação, cobertura de remoção aeromédica e internação em quarto individual estão cada vez mais raros, o que pode resultar em perda de qualidade assistencial;
- **Risco de descontinuidade do serviço:** eventual insucesso no certame pode comprometer a continuidade da assistência à saúde dos beneficiários;
- **Complexidade da transição contratual:** a substituição de operadora envolve elevado esforço administrativo e riscos assistenciais, especialmente em casos de internações em curso, autorizações já concedidas e tratamentos continuados, que podem sofrer interrupções ou reavaliações;
- **Impacto negativo aos beneficiários:** mudança de operadora pode implicar alteração de rede credenciada, exigindo adaptação dos usuários e possível perda de vínculo com profissionais e serviços de saúde;
- **Insegurança durante o período de transição:** processos de migração tendem a gerar dúvidas, aumento de demandas administrativas e risco de falhas operacionais;
- **Tempo e custo administrativo do processo licitatório:** a realização de novo certame demanda recursos humanos, tempo e custos indiretos, além de etapas complexas de planejamento e condução;
- **Incerteza quanto ao resultado final:** mesmo com planejamento adequado, não há garantia de contratação em condições equivalentes ou superiores às atuais.

Valor Estimado: R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) - considerando contratação de 5 anos.

Baseando-se nos valores vigentes no contrato celebrado com o TRE-RO e UNIMED PORTO VELHO - Contrato TRE-RO ([1500427](#)).

Solução Escolhida:

(x) Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

A solução que melhor atende às necessidades deste órgão é a contratação de Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial (pré-pagamento), no qual o valor da despesa é previamente fixado em contrato. Esse modelo proporciona maior previsibilidade orçamentária, uma vez que as despesas permanecem dentro dos limites da disponibilidade financeira, transferindo à operadora contratada os riscos decorrentes de eventuais elevações de custos e da sinistralidade.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Ademais, o modelo de contratação por operadoras mostra-se tecnicamente viável e assistencialmente mais adequado à realidade de Rondônia, em razão da maior estrutura e da ampla abrangência de sua rede credenciada.

(x) Não.

Outras soluções: Descrever: _____.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Descrever:

7.1 Contratação de serviço de pessoa jurídica operadora de Plano de Assistência à Saúde para os beneficiários definidos nesse instrumento, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656 de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sem coparticipação ou franquia, com pré-pagamento a preço *per capita* por faixa etária, em acomodação do tipo apartamento individual com banheiro privativo, com abrangência em todo o território nacional, compreendendo atendimento médico, hospitalar obstetrícia, ambulatorial, cirúrgico, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

7.1.1 Atualmente são 650 (seiscentos e cinquenta) usuários, contando-se titulares, dependentes ordinários e especiais.

7.1.2 Poderão participar do certame operadoras de planos de saúde, incluindo seguradoras especializadas em saúde, cooperativas médicas e empresas de medicina de grupo, devidamente registradas na ANS.

7.1.3 Exclui-se do objeto da contratação a assistência na modalidade odontológica.

7.1.4 Em função da impossibilidade material de implantação, operação e controle por parte do TRE-RO, excluiu-se do objeto desta contratação o regime de livre-escolha pelo usuário com posterior reembolso pela operadora, exceto para os casos excepcionais previstos neste termo de referência, adotando exclusivamente a forma de pré-pagamento mensal total dos serviços em função do preço *per capita* por faixa etária mensal por usuário.

7.2 DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS:

7.2.1 Os serviços de plano de saúde almejados por este Tribunal incluem o rol de procedimentos elencados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, observada a Diretriz de Utilização Para Cobertura de Procedimentos na Saúde (DUT), coincidentes com a cobertura almejada por este Tribunal, inclusive outros serviços novos que vierem a ser exigidos por referida Agência, desde que sua obrigatoriedade de implantação surja dentro do período de vigência contratual, bastando, para isso, o reconhecimento da legitimidade e o implemento dos mesmos pelos Órgãos de Saúde, excluindo-se, assim, os de caráter experimental.

7.2.2 Tais serviços deverão ser prestados em abrangência nacional, através de assistência médica e hospitalar (internações clínica e/ou cirúrgica), com cobertura obstétrica e ambulatorial nas especialidades e áreas de atuação reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

7.2.3 Os beneficiários terão direito a serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos constantes do rol de procedimentos ANS, plano ambulatorial e hospitalar com cobertura obstétrica, considerando-se que as cirurgias, inclusive para correção da visão, e as internações psiquiátricas e para recuperação de dependência, atenderão as características e limites estabelecidos pelo Rol de Procedimentos e Eventos da ANS.

7.2.4 Os serviços prestados pela Contratada deverão observar as resoluções e demais atos expedidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigentes e vindouros, inclusive os termos da Resolução Normativa n. 428/2017- ANS, além das obrigações contidas neste termo de referência, contrato, e legislação vigente.

7.3 DAS ESPECIFICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.3.1 A Contratada deverá oferecer, observados os limites impostos pelo rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

I - A prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, em nível nacional, de acordo com as condições e prazos propostos, sendo a cobertura de consultas médicas em número ilimitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina - CFM, incluindo atendimento de emergência 24 (vinte e quatro) horas/dia, em todos os dias da semana, nas unidades credenciadas, conveniados, cooperados, ou vinculadas sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar à licitante vencedora em todo o território nacional, sendo vedada a exigência de qualquer tipo de caução ou garantia para atendimento ao usuário, mesmo em finais de semana e feriados;

II - Cobertura de todos os serviços de apoio diagnóstico e tratamentos constantes do rol de procedimentos citados nesse instrumento, **sem a exigência de pré-autorizações para os procedimentos de urgência/emergência, bem como consultas médicas.**

III - Cobertura de internações hospitalares em quarto individual com banheiro privativo e com direito a um acompanhante, com fornecimento de alimentação pela unidade hospitalar, sendo vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, inclusive quanto a procedimentos obstétricos;

IV - A abrangência da cobertura de despesas de acompanhamento refere-se ao fornecimento de alimentação ao acompanhante, pela contratada, para usuários na faixa etária de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos e acima de 60 (sessenta) anos, independente da gravidade do caso. E nos casos de maior gravidade, independente da faixa etária, onde a presença de um acompanhante seja imprescindível, desde que tal necessidade seja devidamente comprovada pelo médico assistente;

V - Cobertura de internações hospitalares em centros de terapia intensiva ou similar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente;

VI - O atendimento fora do Estado de Rondônia far-se-á através de todos os profissionais e estabelecimentos próprios ou conveniados com a entidade que vier a ser contratada ou suas congêneres, se for o caso, não podendo haver qualquer discriminação entre beneficiários;

VII - Cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação, inclusive enteral ou parenteral, nos casos de internação hospitalar;

VIII - Cobertura de todos os exames complementares indispensáveis ao controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, com fornecimento de medicamentos, próteses e órteses, contrastes anestésicos, oxigênio, transfusão, sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

IX - Cobertura de todas e quaisquer taxas, seja de sala de cirurgia, materiais utilizados na execução do procedimento médico, bem como a remoção do paciente, quando comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar em território nacional, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, com remoção através de transportes aeromédico e terrestre de pacientes, em aeronaves e ambulâncias equipadas com UTI, e com equipe médica e de enfermagem, quando solicitado pelo médico assistente;

X - Nos procedimentos obstétricos, deverá ser estendida a cobertura assistencial ao recém-nato, filho natural ou adotivo do usuário do plano ou seguro, como dependente, isento do cumprimento de períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o nascimento ou adoção;

XI - Reembolso, nos limites das obrigações contratuais das despesas efetuadas pelo beneficiário, titular ou dependente, com assistência à saúde, em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados pela operadora contratada, de acordo com a relação de preços de serviços médicos hospitalares praticados pelo plano contratado, e também em casos de entraves à utilização dos serviços ocasionados pela burocracia da operadora contratada, que ultrapasse os prazos máximos de atendimento estipulados pela ANS, pagáveis no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega à operadora da documentação adequada;

XII - Prestar remoção, aérea e/ou terrestre, inter-hospitalar, comprovadamente necessária, aos beneficiários do contratante, conforme parecer do médico assistente responsável pelo paciente e da equipe do Serviço Aeromédico responsável pelo traslado, em âmbito nacional, desde que atendidas as exigências contratuais e critérios técnicos aeromédicos vigentes. O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI no ar) deverá ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

7.3.2 Na realização do atendimento deverá ser observado:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

I - A contratada, para fins de atendimento, preferencialmente emitirá credencial, como carteira ou cartão magnético, para fins de identificação dos beneficiários, contendo as informações necessárias para facilitar o atendimento.

II - Os serviços, objeto do contrato, serão prestados unicamente aos beneficiários inscritos, desde que portadores da credencial de identificação, dispensado o comprovante de pagamento.

III - Para utilização dos serviços objeto do presente contrato os beneficiários deverão se dirigir aos consultórios particulares dos médicos, laboratórios, estabelecimentos hospitalares, serviços radiológicos ou clínicas de sua escolha, dentre a rede credenciada, munidos da referida credencial emitida pela contratada, e de documento de identidade oficial.

IV - A indevida utilização dos serviços será de responsabilidade objetiva do contratante, ainda que o ato tenha sido praticado sem o seu conhecimento, ficando estabelecido que os comprovantes das despesas decorrentes deste fato constituem dívida líquida, certa e exigível. Reduz a responsabilidade, nessa situação, a culpa concorrente e a exclui a culpa exclusiva da contratada.

V - Nas localidades onde não haja médico conveniado, a contratada deverá reconhecer e pagar o procedimento definido pelo médico não conveniado e da confiança do paciente, bem como o tipo de tratamento médico recomendado, sem restrições, desde que constante do rol de procedimentos da ANS, e mediante laudo técnico fornecido pelo mesmo.

VI - As requisições de exames poderão ser solicitadas por médicos deste Regional por outros médicos não conveniados, e serão transcritos/trocados na sede administrativa da empresa contratada pela respectiva guia padrão.

7.3.3 A contratada deverá absorver automaticamente os tratamentos e procedimentos novos que surgirem dentro do período de vigência contratual, bastando para isso, o reconhecimento da legitimidade e o implemento dos mesmos pelos Órgãos de Saúde, excluindo-se assim, os de caráter experimental.

Excluem-se do contrato, ainda, os seguintes serviços:

I - Atendimento domiciliar;

II - Serviços prestados por médico ou estabelecimento não credenciado pela CONTRATADA, exceto nos casos previstos nos itens 5.15.38, 5.15.9 e 5.15.30 do Termo de Referência;

III - Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim;

IV - Inseminação artificial;

V - Cirurgias para promoção ou correção de esterilidade, excetuados os casos previstos neste Instrumento;

VI - Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética, clínica de repouso, estâncias hidrominerais, clínica para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar;

VII - Aviamento de óculos e lentes;

VIII - Cirurgias para mudança de sexo, tratamentos ilícitos ou antiestéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

IX - Remoção após alta hospitalar ou por simples vontade do beneficiário, sem imperativo de ordem médica;

X - Enfermagem em caráter particular na residência ou em hospital;

XI - Permanência hospitalar após a alta médica;

XII - Atendimento nos casos de cataclismos, guerras, acidentes causados por radiações, emanções nucleares ou ionizantes e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;

XIII - Transplantes, exceto córnea, medula óssea e rim ou outro que seja disciplinado pela ANS;

XIV - Procedimentos odontológicos e quaisquer outros decorrentes, exceto cirurgias bucomaxilofaciais, que necessitem de ambiente hospitalar;

XV - Aluguel de equipamentos hospitalares ou similares e despesas extraordinárias do beneficiário, não relacionadas com o tratamento, e/ou de acompanhante, em casos de internação hospitalar.

7.3.4 A contratada não deverá estabelecer limitações ao pagamento de novos e revolucionários tratamentos de saúde, reconhecidos pela **Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS**, devendo, para fins de reembolso, basear-se em tabelas de preços devidamente atualizadas.

7.3.5 A contratada deverá garantir, ao beneficiário que perder a qualidade de dependente do referido contrato, cobertura assistencial a ser mantida com a possibilidade de adesão a um plano na modalidade individual/familiar que esteja disponível no momento da sua migração, com cobertura assistencial ambulatorial mais hospitalar com obstetrícia, com o aproveitamento de carências já cumpridas, desde que assuma integralmente o valor praticado para a comercialização do produto ao qual faça a nova adesão.

7.3.6 Os serviços que dependem de autorização prévia, fora do domicílio, serão autorizados no prazo máximo estipulado pela ANS, pela operadora do plano de saúde, mediante apresentação da carteira de beneficiário e solicitação do médico assistente.

7.3.7 O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva, UTI no ar, deverá ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

7.3.8 Cabe à contratada oferecer comprovação de disponibilidade dos serviços de prestação de serviços de UTI no ar.

7.3.9 Solicitado o serviço de Unidade de Terapia Intensiva - U.T.I. no ar, a Contratada terá o prazo máximo de 12 (doze) horas para disponibilizar a aeronave, contado a partir do momento em que for efetuada a solicitação. Tempo este que poderá sofrer alterações, considerando-se as condições climáticas ou outros contratempos existentes nas regiões que venham a impedir ou dificultar o pouso ou a decolagem da aeronave. No caso do serviço de Unidade de Terapia Intensiva – U.T.I. terrestre, a Contratada prestará o serviço imediatamente após constatada a necessidade do transporte do paciente;

7.4 DA ABRANGÊNCIA E COBERTURA DA REDE PRESTADORA DOS SERVIÇOS:

7.4.1 O TRE-RO busca, nesta contratação, garantir a todos os beneficiários de seu plano de saúde o efetivo acesso a todos os serviços e coberturas descritos neste instrumento.

7.4.2 Tais serviços devem ser prestados em **âmbito nacional** pela contratada, através de estabelecimentos prestadores de assistência à saúde, sejam próprios, credenciados, conveniados, cooperados, ou a ela vinculados sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar.

7.4.3 É certo que nenhuma operadora possui estrutura para prestar todos os serviços passíveis de cobertura em todas as localidades do território nacional, por isso admite-se o atendimento através da rede citada no item 7.4.2. Ademais, não seria razoável impor esse ônus à futura contratada. Assim, buscando ampliar a competição que antecede a contratação e sem renunciar o pleno atendimento a todos os usuários, estabelecidos no ETP e Termo de Referência, fixará as seguintes definições:

I - Âmbito nacional ou abrangência nacional: capacidade **comprovada** de atendimento, através de estabelecimentos prestadores de serviço de assistência à saúde, nos moldes exigidos no termo de referência.

II - Estabelecimentos prestadores de serviço de assistência à saúde: estabelecimentos próprios, credenciados, conveniados, cooperados, ou vinculados sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar, em âmbito nacional ou abrangência nacional.

7.4.4 Todos os estabelecimentos de que tratam o item 7.4.2, devem aceitar como forma de proporcionar o atendimento, além da identificação do usuário, apenas a apresentação da credencial fornecida pela contratada.

7.4.5 Todos os estabelecimentos de que tratam o item 7.4.2 não poderão exigir qualquer tipo de adiantamento pecuniário ou qualquer tipo de garantia prévia para o atendimento dos usuários regularmente identificados.

7.5 DO PÚBLICO ALVO:

7.5.1 São beneficiários os magistrados ativos, desde que não sejam beneficiários de outro programa de assistência nos Tribunais de origem ou de sistema privado de saúde, no caso dos membros da classe dos juristas, todos os servidores do TRE-RO, ativos e inativos, seus respectivos dependentes, os pensionistas e os servidores requisitados ou cedidos que aderirem ao Programa de Assistência Médica e Social (PAMS) dos servidores do TRE-RO na forma regulamentada pela Resolução TRE-RO n. 3/15 alterada pela Resolução TRE-RO n.44/25. São beneficiários do PAMS:

I – titulares:

a) os membros do Tribunal, titulares e suplentes;

b) os servidores ativos e inativos;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

- c) os servidores cedidos, removidos ou com lotação provisória para órgão da administração pública federal, ocupantes de cargos de provimento efetivo pertencentes ao quadro permanente do TRE-RO;
- d) os ocupantes de cargo em comissão ou exercentes de função comissionada do TRE-RO;
- e) os servidores da Justiça Eleitoral removidos para o TRE-RO;
- f) os pensionistas estatutários.

II – dependentes:

- a) cônjuge ou companheiro, inclusive de união homoafetiva, na união estável;
- b) filhos menores de 21 anos, ou com idade até 25 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia;
- c) enteados menores de 21 anos, ou com idade até 25 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia, que vivam às expensas do servidor;
- d) menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial transitada em julgado;
- e) o absolutamente incapaz, do qual o servidor seja tutor ou curador.

III – Dependentes especiais:

- a) pai e mãe, desde que dependentes econômicos do servidor;
- b) netos menores de 21 anos, ou com idade até 25 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia, que vivam às expensas do servidor.

7.5.2 O contratante poderá, atendendo a sua conveniência e/ou necessidade, requerer a inscrição de novos beneficiários, obedecendo aos limites estabelecidos no contrato, seja na qualidade de beneficiário titular ou de beneficiário dependente.

I - Todos os beneficiários titulares ou dependentes cuja solicitação de inscrição for feita até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato não serão submetidos a nenhum prazo de carência;

7.5.3 É defeso à contratada negar ou obstaculizar a inscrição de beneficiário requerida pelo contratante.

7.5.4 Perderá a qualidade de beneficiário, conforme o disposto no inciso V do Artigo 16 da Lei n. 9.656/98, o beneficiário que for punido com demissão.

7.5.5. Ao beneficiário coberto pelo Plano de Assistência à Saúde, de que trata este Termo de Referência, em decorrência do vínculo empregatício, no caso de exoneração, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, desde que assuma o seu pagamento integral, conforme dispõe o “caput” do artigo 30 da Lei n. 9.656/98.

7.5.6 Fica a contratada obrigada a incluir, excluir ou manter beneficiários, sempre que houver alteração do público-alvo definido em normativos institucionais, especialmente nas Resoluções do Tribunal que regulamentam o Programa de Assistência Médica e Social (PAMS), incluindo casos de ampliação, redução ou modificação das categorias de beneficiários, devendo a operadora proceder às atualizações cadastrais necessárias, sem interrupção da cobertura assistencial, observadas as condições contratuais e a legislação vigente aplicável aos planos coletivos empresariais.

7.5.7 Considerando-se o crescimento vegetativo e a possível ampliação do número de servidores, o total de beneficiários a serem cobertos pelo plano a partir do exercício 2026 é estimado em 700 (setecentos).

7.6 DA CARÊNCIA:

7.6.1 O início da contratação e da prestação dos serviços ocorrerá a partir da vigência do contrato, previsto para 17 de junho de 2026. Não serão consideradas as propostas que indiquem períodos iniciais de carência para a prestação de serviços de que trata este Termo de Referência, tanto para servidores cadastrados, como para aqueles que vierem a se cadastrar em prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do evento que tornou possível a inscrição do usuário.

I - Os beneficiários titulares e dependentes incluídos após o prazo estipulado no item 7.5.2, inciso I, deverão cumprir os seguintes períodos de carência:

- a) sem carência para a cobertura dos casos de urgência ou emergência;
- b) 60 (sessenta) dias para consultas e exames de rotina;

- c) 300 (trezentos) dias para partos a termo;
- d) 24 (vinte e quatro) meses para doenças preexistentes;
- e) 180 (cento e oitenta) dias para os demais casos.

II - Os prazos definidos no inciso anterior não se aplicam aos novos beneficiários titulares e seus dependentes, cuja inscrição fica regulada pelo item 7.5.2, inciso I, devendo o prazo de trinta dias ali estabelecido ser contado a partir do início do efetivo exercício de suas funções, para servidores comissionados e concursados, e do ato de lotação, para os servidores requisitados;

III - Além do disposto no inciso anterior, também não serão submetidos aos prazos de carências estabelecidos no inciso I deste item os beneficiários dependentes cuja inclusão for solicitada até 30 (trinta) dias do fato/ato que criou/reconheceu a condição de dependência;

IV - Havendo inclusão de dependente que esteja adstrito à carência prevista na alínea “d” do inciso I e restando devidamente comprovada a doença preexistente, a contratada poderá autorizar o tratamento e posterior pagamento do custo operacional deste;

7.7 JUSTIFICAR EVENTUAL FORMAÇÃO DE SRP PARA A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO:

7.7.1 A contratação será processada por meio de Sistema de Registro de Preços, **no qual o Tribunal será o órgão gerenciador?**

☒ **(X) Não;**

☐ **Sim. Justificativa**, de acordo com o art. 3º do Decreto Federal nº 11.462, de 2023:

- ☐ quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- ☐ quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- ☐ quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- ☐ quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7.7.2 Se positivo, informar:

- ☐ **Não há RP** vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.
- ☐ **Há RP** vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

NÃO SE APLICA

7.7.3 Indicação limitada a unidades de contratação sem indicação do total a ser adquirido?

- ☐ Não;
- ☐ Sim, porque (neste caso é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata):
- ☐ É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores;
- ☐ Trata-se de alimento perecível.

7.7.4 OS DEMAIS ELEMENTOS DEVERÃO CONSTAR DO TR.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

7.8 A contratação da solução por meio do **INGRESSO EM SRP OU ADESÃO A UMA ARP** exige as seguintes **justificativas (art. 15, VII, Decreto nº 11.462, de 2023)**:

(X) **Não há RP** vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.

() **Há RP** vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

7.8.1 Justificativa complementar para INGRESSO EM SRP (art. 10 do Decreto 11.462, de 2023):

I - Vantagem do ingresso: Descrever: NÃO SE APLICA

II - Extrato da IRP e os demais documentos do processo já disponíveis pelo órgão gerenciador para estabelecer as especificações do objeto e as obrigações da compromissária/contratada, tais como: documentos da fase de planejamento, aviso do edital e seus anexos, comprovação de publicação do aviso de edital, juntados nos eventos: _____:

7.8.2 Justificativa específica para ADESÃO EM ARP (art. 31 do Decreto 11.462, de 2023):

NÃO SE APLICA

I - Vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público: _____.

II - Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, **conforme consultas de preços realizadas**, juntadas nos eventos: _____.

III - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor (**juntar os documentos e citar os eventos**): _____.

IV - Atos que regem o SRP no órgão gerenciador: edital, com seus anexos, e comprovação da publicação, parecer jurídico, ARP e seus anexos e comprovação de publicação, juntados nos eventos: _____.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Nº Item/grupo	Descrição	Unidade	Quantidade	Justificativa
1	Serviços Médicos e Hospitalares	serviço	650	basenando-se no número de beneficiários do plano vigente acrescentado novos servidores com vagas destinadas em concurso público em andamento com previsão de nomeação em 2026

Faixa etária	Quantidade de usuários indicada no contrato vigente
0 - 18	176
19-23	38
24 - 28	19



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

29 - 33	28
34 - 38	55
39 - 43	70
44 - 48	68
49 - 53	36
54 - 58	42
59 ou mais	118
Totais	650

**9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA
CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

Haverá parcelamento?

(x) **Não**, a solução será adjudicada em **item único** porque: o objeto consiste na contratação de plano de assistência à saúde com cobertura integral e gestão unificada, cuja execução exige padronização de condições assistenciais, operacionais e contratuais. Trata-se de serviço de natureza indivisível, uma vez que a cobertura médico-hospitalar compreende um conjunto integrado de atendimentos ambulatoriais, hospitalares, exames, terapias e internações, que devem ser ofertados de forma contínua e coordenada por uma única operadora, garantindo uniformidade de rede credenciada, protocolos assistenciais, critérios de autorização e modelo de custeio. O parcelamento do objeto poderia comprometer a qualidade e a continuidade da assistência, gerando riscos de desassistência, conflitos operacionais entre operadoras distintas e dificuldades na gestão e fiscalização contratual. Além disso, a contratação em item único favorece a economicidade, em razão do ganho de escala e da otimização dos custos administrativos, bem como contribui para maior eficiência na gestão do contrato e maior previsibilidade orçamentária. Dessa forma, o não parcelamento mostra-se técnica e economicamente mais vantajoso, assegurando a adequada prestação dos serviços e o pleno atendimento das necessidades institucionais.

() é inviável promover a adjudicação por itens ou grupos porque: _____.

() Outra justificativa: _____.

() **Sim**, a solução será **dividida em itens**.

() Serão formados **lotes** pela divisão de itens?

(x) Não;

() Sim.

Se positivo, justificar : _____,

() Serão formados **grupos compostos por itens**?

(x) Não;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

() sim.

Se positivo, justificar a vantagem técnica e econômica do agrupamento: _____.

10. VALOR ESTIMADO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA
(obrigatório)

R\$ 42.620.042,40 (quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte mil e quarenta e dois reais e quarenta centavos), de acordo com as pesquisas de preços realizadas e informadas no item 6.1 e as quantidades estimadas no item 8 do ETP. [\(1485410\)](#)

A fonte orçamentária da despesa está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA								
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano					
			exercício corrente 2026 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2027 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2028 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2029 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2030 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2031 (R\$)
Ordinário	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	AMO	R\$ 4.262.004,24	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 4.262.004,24
Total por exercício financeiro			R\$ 4.262.004,24	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 4.262.004,24
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:								
<i>Nota 34: Sendo necessário, incluir colunas com os demais exercícios.</i>								

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(x) Ganho de produtividade

Informar: A contratação de operadora especializada para prestação de assistência suplementar à saúde permitirá que a Administração concentre seus recursos humanos nas atividades finalísticas do órgão, evitando a necessidade de mobilização interna para gestão direta de demandas assistenciais. A gestão centralizada do plano por empresa especializada reduzirá retrabalhos, minimizará demandas administrativas relacionadas a reembolsos e atendimentos individuais e proporcionará maior agilidade na solução de demandas de saúde dos beneficiários. Como consequência, haverá redução de afastamentos prolongados por dificuldades de acesso à assistência médica, melhoria das condições de saúde e bem-estar dos usuários e, reflexamente, incremento da produtividade institucional.

() Não se aplica.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

() Redução de esforço

Informar: _____.

(x) Não se aplica.

() Redução de custo

Informar: _____.

(x) Não se aplica.

() Redução de uso de recursos

Informar: _____.

(x) Não se aplica.

() Melhoria de controle

Informar: _____.

(x) Não se aplica.

() Redução de riscos

Informar: _____.

(x) Não se aplica.

(x) Cumprimento de determinação
legal e/ou administrativa

Informar: A contratação do plano de assistência à saúde atende às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente a Resolução CNJ nº 207/2015, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário e determinou, em seu art. 5º, inciso II, que os tribunais devem prestar assistência à saúde, ainda que de forma indireta, por meio de planos de saúde ou auxílio saúde. Ademais, observa o disposto na Resolução CNJ nº 294/2019, alterada pelas Resoluções nº 495/2023 e nº 500/2023, que estabelece a obrigatoriedade de instituição de programa de assistência à saúde complementar no âmbito do Poder Judiciário, observadas as diretrizes normativas, a disponibilidade orçamentária e o planejamento institucional. Dessa forma, a contratação contribui diretamente para o cumprimento das determinações legais e administrativas aplicáveis, assegurando a implementação da política institucional de atenção à saúde dos beneficiários.

() Não se aplica.

() Melhoria/adequação nas
instalações físicas

Informar: _____.

(x) Não se aplica.

() Outro

Informar: _____.

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E
RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

(obrigatório)

Descrever:

12.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e nos itens anteriores, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

12.1.1 Realizar a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;

12.1.2. Fazer uso de boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC ANVISA nº 222/2018)

12.1.3. Realizar destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA).

**13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA
CONTRATAÇÃO
(obrigatório)**

Baseado nos estudos preliminares, a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da demanda?

(X) Sim

() Não

Justificativa:_____.

UNIDADE DEMANDANTE

Ronaldo Pontes Moura

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Ronaldo Pontes Moura
Solange Mendes Garcia
Elisângela Alves Silva Tivanello
Marcela Pinheiro Studart Gonçalves
Rudma Rosa Oliveira Costa
Rodrigo Katibone Holanda
Tiago Silva de Oliveira
Rubem Pinto Melo

0002564-16.2025.6.22.8000

1482226v42

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – SERVIÇOS SEM DEMO Nº 3/2026 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de serviços de pessoa jurídica operadora de Plano de Assistência à Saúde para os beneficiários definidos nesse instrumento, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656 de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sem coparticipação ou franquia, com pré-pagamento a preço *per capita* por faixa etária, em acomodação do tipo apartamento individual com banheiro privativo, com abrangência em todo o território nacional, compreendendo atendimento médico, hospitalar com obstetrícia, ambulatorial, cirúrgico, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Detalhamento dos serviços que compõem a solução:

Item/grupo	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Faixa etária	Quantidade de usuários (estimada)	Valor unitário (mensal)
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	0-18	176	R\$ 85.518,40
				19-23	38	R\$ 22.665,48
				24-28	19	R\$ 12.467,80
				29-33	28	R\$ 20.804,56
				34-38	55	R\$ 46.796,20
				39-43	70	R\$ 70.989,10
				44-48	68	R\$ 85.549,44
				49-53	36	R\$ 52.609,32
				54-58	42	R\$ 69.428,94
				59 ou mais	118	R\$ 243.504,80
				Total	650	R\$ 710.334,04

1.2.1 Demais regras das condições e especificações da solução:

1.2.1.1 Exclui-se do objeto da contratação a assistência na modalidade odontológica.

1.2.1.1 Em função da impossibilidade material de implantação, operação e controle por parte do TRE-RO, **excluiu-se do objeto desta contratação o regime de livre-escolha** pelo usuário com posterior reembolso pela operadora, exceto para os casos excepcionais previstos neste termo de referência, adotando exclusivamente a forma de pré-pagamento mensal total dos serviços em função do preço *per capita* por faixa etária mensal por usuário.

1.2.1.2 Poderão participar do certame operadoras de planos de saúde, incluindo seguradoras especializadas em saúde, cooperativas médicas e empresas de medicina de grupo, devidamente registradas na ANS.

1.3 Objeto de qualidade comum, de acordo com o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021?

(X) Sim.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

() Não, trata-se de serviços especiais.

1.4 Parcelamento, de acordo com o ETP:

(X) Não;

() Sim.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 05 anos contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.5.1 O serviço é enquadrado como continuado conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do ETP, anexo deste TR.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP, apêndice deste Termo de Referência.

DA SOLUÇÃO: **3.2 FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO**

(x) Não se aplica, de acordo com o ETP.

() Será formado SRP, de acordo com as justificativas do ETP.

3.2.1 Haverá uma quantidade máxima a ser adquirida para cada item/grupo?

NÃO SE APLICA

() Não;

() Sim, de acordo com o quadro adiante: **(havendo quantidade máxima, inserir quadro/tabela com os quantitativos para cada item).**

Descrever: _____.

3.2.2 Quantidade mínima a ser cotada de unidades de serviços, de acordo com o quadro adiante: **(havendo quantidade mínima, inserir quadro/tabela com os quantitativos para cada item).**

NÃO SE APLICA

Descrever: _____.

3.2.3 Haverá possibilidade de prever preços diferentes?



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

NÃO SE APLICA

() Não;

() Sim, **porque:**

() Os serviços serão executados em locais diferentes, a saber: **(inserir justificativa para a adoção e quadro/tabela com os itens que serão executados em locais diferentes).**

() admitida cotação variável em razão do tamanho do lote: **(inserir justificativa para a adoção da medida e quadro/tabela com os diversos tamanhos dos lotes para os itens).**

() outros motivos justificados: **(inserir justificativa para a adoção da medida):**
_____.

3.2.4 O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no termo de referência, obrigando-se nos limites dela?

NÃO SE APLICA

() Sim.

() Não, justificar: _____.

3.2.5 Será adotado o critério de julgamento de menor preço por:

NÃO SE APLICA

() item

() Grupo (**justificativa:** _____), devendo ser observado o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos. A contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

3.2.6 Será permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido?

NÃO SE APLICA

() Não;

() Sim, porque: **(conforme indicação do valor máximo da despesa, estando vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata).**

() É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores.

3.2.7 Divulgação da IRP:

NÃO SE APLICA

() Não, justificativa: _____.

() Sim.

a) Caso outros órgãos ou outras entidades manifestem interesse em aderir à IRP, no prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto nº 11.462, de 2023, deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

i. Quantitativo total;

ii. Quantitativo mínimo por aquisição (de cada item);

iii. Cronograma de aquisição;

iv. Endereço completo do local de entrega;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

v. Disponibilidade orçamentária, se for o caso;

vi. Responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

b) Considerando a busca pela economia de escala, será indeferida, de plano, a solicitação de adesão a IRP cujo quantitativo mínimo seja inferior ao quantitativo mínimo estipulado no cronograma constante neste ETP.

3.2.8 Há possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por outros órgãos ou entidades que não tenham participado do certame?

NÃO SE APLICA

() Sim, apresentar justificativa (**Acórdão TCU nº 1381/2018** -
Plenário): _____.

() Não, porque: _____:

3.2.9 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462, de 2023):

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) os preços registrados serão reajustados respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para o reajuste dos preços contratados.

3.2.10 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, 2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade: ambiental, econômica, social e cultural:

4.1

() não se aplica, conforme justificado no ETP.

(x) De acordo com os requisitos do ETP.

() Além daqueles já descritos no ETP: _____.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

_____.

(x) Não se aplica.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (apenas quando ocorreu esse procedimento prévio):

4.4 Diante das conclusões contidas no Processo SEI n. ____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

NÃO SE APLICA

a)

b) ...

c) ...

Da exigência de carta de solidariedade (apenas quando exigível):

4.5 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

NÃO SE APLICA

Subcontratação:

4.6 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.7 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no **percentual de 1% do valor contratual**, conforme regras previstas no contrato.

4.7.1 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

4.7.2 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.9 O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

4.10 Outros requisitos, de acordo com o capítulo 5 do ETP.

Vistoria

4.11 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Procedimentos prévios à contratação:

5.1 Na forma do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, será firmado

(x) contrato;

() o contrato será substituído por nota de empenho (art. 95, II, Lei Nº 14.133, de 2021).

5.2 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa ou para a assinatura do contrato, a adjudicatária ou compromissária da ARP deverá apresentar regularidade, podendo substituir as certidões junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

5.2.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

5.3 Após a homologação do certame e a comprovação da regularidade da adjudicatária, serão realizados os seguintes procedimentos:

5.3.1 Havendo previsão de lavratura de **ata de registro de preços** e/ou de instrumento de **contrato**, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar o cadastro de seus representantes legais como usuários externos no Sistema Eletrônico de Informação – SEI e enviar a documentação solicitada pela referida unidade;

5.3.2 Em seguida, a adjudicatária será convocada por mensagem eletrônica (e-mail) para, no mesmo prazo indicado anteriormente, realizar a assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou do instrumento de contrato.

5.3.3 Nas contratações com utilização de nota de empenho de despesa em substituição ao contrato, a Seção de Contratos do TRE-RO enviará esse instrumento à adjudicatária, em formato PDF e via e-mail, devendo essa confirmar o recebimento do documento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de envio desse e-mail.

5.3.4 O prazo máximo mencionado neste tópico poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do interessado durante seu transcurso, devidamente justificado e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

5.4 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail será feita a assinatura presencial dos instrumentos mencionados, assim como a entrega da nota de empenho referida.

5.5 O descumprimento desse prazo máximo ou a recusa em realizar os procedimentos indicados poderá ensejar a apuração de descumprimento pela Administração e a aplicação das penalidades cabíveis à adjudicatária e/ou contratada.

5.6 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária ou compromissária da ARP, das obrigações estabelecidas nesta seção implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (§ 5º do art. 90 c/c art. 155, VI c/c art. 156, II, todos da Lei 14.133/2021 - Não celebrar o contrato). Nessa situação os remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições ou negociar nos limites do valor estimado atualizado da contratação (§ 2º c/c § 4º do art. 90 da Lei 14.133, de 2021).

Condições de execução:

5.7 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.7.1 Início da execução do objeto: 01/09/2026. Esse termo inicial poderá ser alterado para data posterior, caso não ultimados os procedimentos do certame para esta contratação.

5.7.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.7.2.1. Envio de relatórios, faturas e documentos fiscais eletrônicos referentes às despesas do mês de prestação de serviços, inclusive com as inclusões e exclusões de beneficiários.

5.7.2.2 A CONTRATADA deverá remeter relatórios das despesas e as Faturas Eletrônicas referentes aos beneficiários titulares, dependentes e especiais no primeiro dia útil do mês seguinte ao da competência que está sendo cobrada.

5.7.2.3 O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA o aceite, em até 2 (dois) dias úteis, após a conferência do relatório e da Fatura Eletrônica.

5.7.2.4. Em caso de erros na fatura, a CONTRATADA será comunicada, devendo proceder os ajustes em até 1 (um) dia útil.

5.7.2.5. A CONTRATADA emitirá e entregará os Documentos Fiscais em nome do CONTRATANTE, no prazo de 01 (um) dia útil após o aceite.

5.7.2.6. Caso haja necessidade, o CONTRATANTE poderá solicitar antecipação do envio dos arquivos de faturamento.

5.7.2.7. O relatório eletrônico apresentará os valores relativos à movimentação do mês de competência da prestação dos serviços objeto do faturamento, compreendendo as despesas do valor da mensalidade per capita, inclusive com as datas de inclusões e exclusões, dos Beneficiários Titulares e Dependentes, que será analisado pelo CONTRATANTE para apuração da conformidade.

5.7.3 Cronograma de realização dos serviços:

NÃO SE APLICA

Local e horário da prestação dos serviços:

5.8 Os serviços serão prestados em âmbito nacional.

Rotinas a serem cumpridas:

5.9 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

I – disponibilizar, no prazo estabelecido contratualmente, as credenciais físicas, magnéticas e/ou acesso ao cartão virtual e aplicativo aos beneficiários titulares e dependentes, garantindo sua plena identificação junto à rede credenciada;

II – manter rede credenciada, referenciada, cooperada ou própria compatível com a abrangência geográfica contratada, assegurando atendimento ambulatorial, hospitalar, obstétrico e demais coberturas previstas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

III – garantir o atendimento aos beneficiários de forma contínua e ininterrupta, durante toda a vigência contratual, observados os prazos máximos estabelecidos pela ANS para marcação de consultas, exames, procedimentos e internações;

IV – disponibilizar canal de atendimento aos beneficiários e à CONTRATANTE, inclusive por meio telefônico e eletrônico, para esclarecimentos, solicitações, autorizações, registro de demandas e solução de intercorrências;

V – proceder à análise e emissão de autorizações para realização de exames, procedimentos e internações dentro dos prazos regulamentares e contratuais;

VI – realizar o reembolso de despesas assistenciais, quando cabível, nos casos de utilização de serviços fora da rede credenciada, nos termos e prazos estabelecidos contratualmente e conforme normas da ANS;

VII – manter atualizada a relação de sua rede credenciada, disponibilizando-a aos beneficiários e à CONTRATANTE, por meio eletrônico e outros meios adequados;

VIII – designar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, com poderes para tratar de assuntos operacionais, administrativos e assistenciais junto à fiscalização do contrato;

IX – encaminhar mensalmente à CONTRATANTE a fatura contendo a relação nominal dos beneficiários ativos no período, com os respectivos valores, bem como demais informações necessárias à conferência e atesto;

X – comunicar previamente à CONTRATANTE quaisquer alterações relevantes na rede credenciada, estrutura de atendimento, canais de comunicação ou condições operacionais que possam impactar a execução contratual;

XI – prestar esclarecimentos e atender às solicitações da fiscalização do contrato, fornecendo informações, relatórios e documentos necessários ao acompanhamento da execução contratual;

XII – garantir o cumprimento integral das coberturas assistenciais previstas na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 9.656/1998 e nas normas regulamentadoras da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

XIII – assegurar a continuidade da prestação dos serviços, inclusive em caso de substituição de rede credenciada, mediante manutenção de padrão equivalente de qualidade e cobertura;

XIV – observar integralmente as obrigações contratuais, editais e legais aplicáveis, responsabilizando-se pela adequada prestação dos serviços aos beneficiários vinculados ao contrato.

Materiais a serem disponibilizados:

NÃO SE APLICA

5.10 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

I - _____;

II - _____;

III - _____.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.11 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

I - Com o objetivo de subsidiar a elaboração das propostas para a prestação dos serviços, informa-se que os limites máximos de valores correspondentes às faixas etárias estabelecidas no quadro do item 1.2 devem ser estritamente observados na formulação das respectivas propostas, utilizando-se, para tanto, do modelo juntado no Anexo I ([1508765](#));

II - O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos e poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, desde que presente os requisitos do na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021, motivo pelo qual a contratação tende a resultar em valor somatório mais atrativo que apenas o valor estimado da contratação;

III - O maior percentual de população é jovem, até 33 anos (40%) e a faixa reduzida dos usuários acima de 59 anos (18%), com baixo índice de crescimento vegetativo dos dependentes, o que confere maior estabilidade dos custos do contrato.

IV - O contrato vigente atente 650 vidas, entretanto estimasse um aumento de vidas para aproximadamente 700 vidas a serem cobertas em virtude do ingresso de novos servidores decorrentes do concurso em andamento.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#)), de acordo com o ETP.

Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.12 Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;

I. Manutenção da Assistência até o Termo Final:

A CONTRATADA deverá garantir a continuidade da prestação dos serviços

assistenciais aos beneficiários regularmente vinculados ao plano até o último dia de vigência contratual, vedada a interrupção injustificada dos atendimentos em curso.

II. Conclusão de Atendimentos em Andamento:

A CONTRATADA deverá assegurar a conclusão dos atendimentos iniciados durante a vigência contratual, incluindo tratamentos continuados, internações, procedimentos autorizados e terapias em curso, conforme as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e a legislação vigente.

III. Disponibilização de Informações Assistenciais:

A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, quando solicitado e observadas as normas de sigilo e proteção de dados pessoais, as seguintes informações:

- Relação atualizada de beneficiários vinculados ao plano;
- Histórico de utilização dos serviços, em formato consolidado;
- Relatórios gerenciais e operacionais pertinentes à execução contratual;
- Informações necessárias à eventual migração para nova operadora.

IV. Transferência de Informações para Nova Operadora:

Mediante solicitação formal da CONTRATANTE e autorização legal aplicável, a CONTRATADA deverá colaborar com o processo de transição para eventual nova operadora, fornecendo as informações necessárias à continuidade da assistência, observadas as disposições da ANS e da legislação de proteção de dados pessoais.

V. Manutenção do Sigilo das Informações:

A CONTRATADA deverá manter o sigilo das informações médicas, cadastrais e administrativas dos beneficiários e da CONTRATANTE, mesmo após o encerramento do contrato, sendo vedada sua divulgação ou utilização indevida, nos termos da legislação vigente.

IV. Acompanhamento pela Fiscalização do Contrato:

Os procedimentos de transição e encerramento serão acompanhados pela fiscalização contratual designada pela CONTRATANTE, podendo ser solicitadas informações complementares e adotadas medidas necessárias à adequada finalização do ajuste.

Outras informações julgadas importantes para a correta execução do contrato:

5.13 Serão necessários, ainda, a observância dos seguinte procedimentos:

5.13.1 Em caso de indisponibilidade de profissionais credenciados na especialidade requerida pelo beneficiário na sua localidade a CONTRATADA poderá facultar ao beneficiário o atendimento na modalidade teleconsulta.

5.13.2 Em caso de recusa do beneficiário ao atendimento na modalidade teleconsulta a CONTRATADA deverá providenciar o atendimento presencial ao beneficiário na localidade solicitada.

5.13.3 Reembolso:

- **Reembolso em caso de indisponibilidade ou inexistência de cobertura:** Na hipótese de indisponibilidade de atendimento nos prazos máximos previstos na RN ANS nº 566/2022 ou inexistência de atendimento no município demandado **há necessidade de consulta prévia à Operadora do Plano de Saúde** e será assegurado ao beneficiário reembolso das despesas efetuadas com os atendimentos previstos na cobertura contratual nos termos da supracitada RN.;
- Na hipótese de **urgência ou emergência** em município sem rede assistencial, será assegurado ao beneficiário o **reembolso integral das despesas realizadas sem necessidade de autorização prévia**, respeitando as Resoluções CONSU nº 8 e 13, ambas de 3 de novembro de 1998, ou os normativos que vierem a substituí-las;

- O reembolso deverá ser efetuado, no máximo, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal pelo usuário dos serviços diretamente à empresa contratada;

5.13.4 Internação hospitalar:

- Atender as solicitações de pedidos de internação realizados por médico assistente não pertencente à REDE CREDENCIADA, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à Auditoria Médica da contratada, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela contratada (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos serem apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da REDE CREDENCIADA para obtenção de atendimento. Poderão, no entanto, tais solicitações serem submetidas à junta médica da contratada.
- Emitir guia de internação nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato. O procedimento para realização de internações hospitalares, observará:
- O pedido de internação, devidamente expedido pelo médico assistente, acompanhado da credencial de identificação e da identidade civil do beneficiário, poderá ser submetido à apreciação da Auditoria Médica da contratada para imediata emissão de guia de internação;
- Após a apreciação do pedido de internação, e havendo divergência técnico-assistencial, a contratada deverá cumprir as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS quanto a instauração de Junta Médica, nos termos da Resolução Normativa nº 424/2017 (ou normativa que venha substituir e (ou) complementar esta, durante a vigência do contrato).
- A internação hospitalar no estabelecimento credenciado será realizada mediante apresentação da guia de internação expedida pela contratada, acompanhada do pedido de internação preenchido pelo médico assistente, credencial de identificação da contratada e identidade civil, dispensado o comprovante de pagamento;
- Para os casos de urgência e/ou emergência, assim definidos os que implicam risco imediato de vida ou lesões irreparáveis para o beneficiário, cuja caracterização depende tão-somente de declaração do médico assistente, a internação será realizada mediante apresentação do pedido de internação preenchido pelo médico assistente, credencial de identificação da contratada e identidade civil, dispensado o comprovante de pagamento, devendo o beneficiário ou responsável providenciar a guia de internação até o terceiro dia útil seguinte ao da hospitalização;
- As despesas extraordinárias realizadas pelo paciente beneficiário e/ou acompanhante, não-relacionadas diretamente com o tratamento, serão de responsabilidade do beneficiário, sendo pagas diretamente à entidade hospitalar;
- Não serão autorizadas internações que atendam exclusivamente com tabelas próprias/diferenciadas, cujos valores ultrapassem os praticados pela contratada com os demais prestadores.
- Nas internações hospitalares o beneficiário disporá de apartamento individual.
- As órteses, próteses e demais materiais e aparelhos ortopédicos, tais como pinos, parafusos, placas, platinas, marcapassos, serão de cobertura obrigatória exclusivamente quando ligados ao ato cirúrgico coberto pelo plano de saúde, nos termos da legislação vigente, da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021 e do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

5.13.5 Autorização para realização de exames:

- Atender as solicitações de exames realizados por médico assistente não pertencente à REDE CREDENCIADA, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à Auditoria Médica da contratada, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela contratada (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos serem apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da REDE CREDENCIADA para obtenção de atendimento. Poderão, no entanto, tais solicitações serem submetidas à junta médica da contratada.
- Quando não necessitarem de prévia autorização da auditoria médica da contratada os exames serão realizados mediante apresentação da solicitação do médico assistente, da credencial e de identidade civil do beneficiário ao estabelecimento credenciado, não sendo necessária a apresentação de comprovante de pagamento.
- Os exames que necessitarem de prévia autorização da Auditoria Médica da contratada obedecerão aos seguintes procedimentos:

- O pedido de exame expedido pelo médico assistente, acompanhado da credencial de identificação e da identidade civil do beneficiário, deverá ser submetido à apreciação da Auditoria Médica da contratada que, expedirá autorização para realização observados os Prazos Máximos de Atendimento estabelecidos pela ANS;
- Em casos de divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelas operadoras de planos de assistência à saúde deve-se cumprir as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS quanto a instauração de Junta Médica, nos termos da Resolução Normativa nº 424/2017 (ou normativa que venha substituir e (ou) complementar esta, durante a vigência do contrato).
- As requisições de exames poderão ser solicitadas por médicos deste Regional ou por outros médicos não conveniados, as quais serão transcritas/trocadas na sede administrativa da empresa contratada pela respectiva guia padrão.

5.13.6 Remoção aérea:

- Prestar remoção, aérea e/ou terrestre, inter-hospitalar, comprovadamente necessária, aos beneficiários do contratante, conforme parecer do médico assistente responsável pelo paciente e da equipe do Serviço Aeromédico responsável pelo traslado, em âmbito nacional, desde que atendidas as exigências contratuais e critérios técnicos aeromédicos vigentes. O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI no ar) deverá ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

5.14. Deveres e Responsabilidades do contratante:

5.14.1 Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;

5.14.2 Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais, se houver, ou na prestação de serviços;

5.14.3 Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

5.14.4 Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

5.14.5 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

5.14.6 Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens, se houver, ou à execução de serviços;

5.14.7 Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

5.14.8 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

5.14.9 Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

5.14.10 Rejeitar, através do fiscal contrato, a entrega de material, se houver, ou a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

5.14.11 Receber os bens ou os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

5.14.12 Realizar o pagamento dos bens entregues, se houver, ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato;

5.14.13 Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

5.14.14 Fornecer a relação dos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência dos inscritos;

5.14.15 Requerer formalmente a inscrição de novos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência desses;

5.14.16 Comunicar a inclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde, em formulário próprio e entregue até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês à contratada;

5.14.16 .1 Os beneficiários inscritos têm o direito aos serviços contratados a partir do primeiro dia útil do mês subsequente, excetuando-se os casos de recém-nascidos, filhos naturais de beneficiárias, que terão cobertura imediata, e assegurada por 30 dias após o parto.

5.14.17 Comunicar à contratada a exclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde até o dia 25 de cada mês;

5.14.17 Os beneficiários excluídos têm o direito aos serviços contratados até o último dia do mês da solicitação, sendo a exclusão efetivada a contar do primeiro dia do mês subsequente.

5.14.18 - Informar imediatamente à contratada perda, roubo ou dano à credencial de identificação do beneficiário, para cancelamento ou, quando for o caso, para emissão de segunda via;

5.14.19 - Pagar pela prestação dos serviços, nos termos definidos neste Termo de Referência;

5.14.20 - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

5.15 Deveres e Responsabilidades da Contratada:

5.15.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial, no edital do certame, neste TR e no instrumento de contrato, se houver;

5.15.2 Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

5.15.3 Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;

5.15.4 Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

5.15.5 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

5.15.6 Apenas subcontratar parcialmente a execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

5.15.7 Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

5.15.8 Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

5.15.9 Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

5.15.10 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;

5.15.11 Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;

5.15.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.15.13 Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução de serviços;

5.15.14 Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

5.15.15 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;

5.15.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.15.17 Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a reserva de cargos a que se refere este item, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.15.18 Observar e cumprir a Resolução TRE-RO nº 31, de 25 de agosto de 2023, que regulamenta a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, caso haja ocorrências.

5.15.19 Observar e cumprir a Instrução Normativa nº 3/2024 deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que regulamenta a Política de Integridade nas contratações e estabelece a Conduta Ética da Gestão, em especial as determinações constantes no art. 8º, a saber:

I - abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei n. 12.846/2013, bem como comprometer-se a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética do TRE-RO (Resolução TRE-RO 15/2019);

II - dar conhecimento aos respectivos empregados que participarão da execução contratual acerca da Política do Sistema de Integridade e Compliance da Justiça Eleitoral em Rondônia (Resolução nº TRE-RO nº 12/2023), do Código de Ética dos Servidores do TRE-RO, da Política de Integridade nas contratações e Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO e das demais normas editadas por este Tribunal sobre o tema, para a sua estrita observância, cabendo também esta obrigação à subcontratada, se houver;

III - fornecer declaração de ausência de inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e de que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, bem como de que não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, inciso VI, Lei n. 14.133/2021);

IV - fornecer informações complementares para o acompanhamento de questões relacionadas à Integridade, se houver solicitação da gestora ou do gestor do contrato;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

V - ter plena ciência de que o descumprimento de regras licitatórias ou obrigações contratuais serão objeto de apuração de responsabilidade e de aplicação de penalidades por meio de Processo Administrativo Sancionatório ou Processo Administrativo de Responsabilização, conforme o caso;

VI - ter conhecimento de que a rescisão contratual ou a denúncia, nos casos em que praticar atos lesivos ao tribunal, será precedida do devido Processo Administrativo sancionatório previsto na Lei n. 14.133, de 2021 ou Processo Administrativo de Responsabilização regulado pela Lei n. 12.846, de 2013 (anticorrupção);

VII - zelar pela proteção da propriedade intelectual, nos casos de desenvolvimento de projetos, produtos, sistemas, entre outros;

VIII - zelar pela proteção das informações confidenciais e privilegiadas, conforme disposições em regulamento próprio;

IX - comunicar-se sempre por escrito com o gestor e fiscal do contrato.

5.15.20 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências, nos termos do artigo 7º do Decreto n. 7.203, de 2010 e art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005.

5.15.21 Entregar cartão físico de todos os beneficiários, inicialmente inscritos pelo contratante no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da assinatura do instrumento contratual e conceder acesso ao cartão virtual e aplicativo imediatamente após finalizada a inclusão dos beneficiários.

5.15.21.1 O cartão físico dos beneficiários poderá ser substituído pelo envio ao contratante, em idêntico prazo, dos dados digitais individuais de cada beneficiário para impressão física e fornecimento às pessoas que manifestarem interesse.

5.15.22 Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

5.15.23 Proceder à inscrição de novos beneficiários, seja na qualidade de beneficiário - titular ou de beneficiário - dependente, na forma prevista neste instrumento;

5.15.24 Entregar cartão físico ou conceder acesso ao cartão virtual e aplicativo dos novos beneficiários inscritos pelo CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do requerimento do contratante e conceder acesso ao cartão virtual e aplicativo imediatamente após finalizada a inclusão do beneficiário.

5.15.25 Fornecer ao contratante, sempre que solicitado, relação dos médicos e estabelecimentos próprios e integrantes da REDE CREDENCIADA da Contratada e seus endereços, bem como dos serviços contratados, glossário de termos técnicos e material explicativo;

5.15.26 Autorizar a realização de exames.

5.15.27 Emitir guia de internação nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato. O procedimento para realização de internações hospitalares, observará:

5.15.28 Nomear e manter atualizada a informação sobre preposto, com dados pessoais, contatos telefônicos, e-mail e endereço para encaminhamento de ofícios e notificações que se fizerem necessárias durante a vigência contratual.

5.15.29 Quando o prazo de resposta não estiver definido por lei, pelas normas regulamentares aplicáveis aos serviços objeto do contrato, ou previsto de forma expressa no próprio contrato, **responder, no prazo razoável definido pela equipe de fiscalização ou pela equipe de gestão do contrato**, às demandas da contratante formalizadas por meio de ofícios, notificações ou consultas, independentemente o meio de comunicação.

5.15.30 Indicar ao CONTRATANTE o nome do responsável pelo contato e um preposto e fornecer, sempre que solicitado, relação dos funcionários da administração responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato;

5.15.31 Manter-se durante a execução do contrato, com todas as condições de habilitação exigidas no edital de pregão respectivo, apresentando, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública e/ou com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRF), com a Justiça do Trabalho e com o CNJ (Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ);

5.15.32 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo à contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

5.15.33 Responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais diretamente causados por sua ação/omissão ou por integrantes de sua REDE CREDENCIADA ao contratante, aos beneficiários por ele inscritos ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;

5.15.34 Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência e **comprovar, sempre que solicitado pelo contratante, os repasses e pagamentos aos hospitais e à rede credenciada;**

5.15.35 Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;

5.15.36 Comunicar por escrito e imediatamente ao Contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

5.15.37 Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante o ingresso de profissionais ou estabelecimentos de saúde em sua rede credenciada que tenha em sua direção pessoas com os vínculos descritos no item anterior;

5.15.38 Reembolso em caso de indisponibilidade ou inexistência de cobertura: Na hipótese de indisponibilidade de atendimento nos prazos máximos previstos na RN ANS nº 566/2022 ou inexistência de atendimento no município demandado **há necessidade de consulta prévia à Operadora do Plano de Saúde** e será assegurado ao beneficiário reembolso das despesas efetuadas com os atendimentos previstos na cobertura contratual nos termos da supracitada RN.;

5.15.39 Na hipótese de **urgência ou emergência** em município sem rede assistencial, será assegurado ao beneficiário o **reembolso integral das despesas realizadas sem necessidade de autorização prévia, respeitando as Resoluções CONSU nº 8 e 13, ambas de 3 de novembro de 1998, ou os normativos que vierem a substituí-las;**

5.15.40 O reembolso deverá ser efetuado, no máximo, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal pelo usuário dos serviços diretamente à empresa contratada;

5.15.41 Prestar remoção, aérea e/ou terrestre, inter-hospitalar, comprovadamente necessária, aos beneficiários do contratante, conforme parecer do médico assistente responsável pelo paciente e da equipe do Serviço Aeromédico responsável pelo traslado, em âmbito nacional, desde que atendidas as exigências contratuais e critérios técnicos aeromédicos vigentes. O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI no ar) deverá ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

5.15.42 Atender as solicitações de exames e/ou pedidos de internação realizados por médico assistente não pertencente à REDE CREDENCIADA, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à Auditoria Médica da contratada, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela contratada (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos serem apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da REDE CREDENCIADA para obtenção de atendimento. Poderão, no entanto, tais solicitações serem submetidas à junta médica da contratada.

5.15.43 Todas as especificações contidas no Objeto desta Licitação completam-se com o conteúdo deste instrumento, que contém informações, instruções e orientações sendo parte integrante do edital;

5.15.44 A empresa contratada responsabiliza-se por todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações de ordem trabalhistas, previdenciária e cível, decorrentes das suas atividades;

5.15.45 Cumprir todas as leis e demais normas aplicáveis à execução dos serviços, mesmo que não referidas expressamente neste instrumento, no edital ou no contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3 As comunicações entre o Tribunal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica via e-mail para esse fim;

6.4 O Tribunal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Tribunal poderá convocar o representante da empresa contratada para **reunião inicial** para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório e definitivo e acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Setorial



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

NÃO SE APLICA

6.8 O fiscal setorial, quando houver, acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas do Tribunal.

6.8.1 Ao fiscal setorial competirá, no setor por ele fiscalizado, as atribuições do fiscal técnico ou administrativo.

Fiscalização Administrativa

6.9 O fiscal administrativo do contrato, quando houver, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

6.9.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

6.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.13 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

6.14 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

6.15 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

6.16 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

6.17 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

6.18 Os gestores e os fiscais observarão também as demais atribuições estabelecidas nos regulamentos do Tribunal para a gestão e fiscalização dos contratos;

6.19 Indicação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, mesmo que indicada em formulário próprio (indicar apenas as exigidas):

- I - Gestor (titular e substituto): Coordenador da COEDE/ substituto do Coordenador da COEDE
- II - Fiscal técnico (titular e substituto): Haysha Laianne Oliveira Raposo/ Sônia Inês Caixeta
- III - Fiscal administrativo (titular e substituto): Elisângela Alves Silva Tivanello/ Marcela Pinheiro Studart Gonçalves.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará:

(X) O disposto neste item:

A avaliação da execução do objeto utilizará os seguintes critérios:

- I – verificação mensal da regular prestação dos serviços de assistência suplementar à saúde aos beneficiários vinculados ao contrato;
- II – conferência da relação atualizada de beneficiários ativos no período de competência da cobrança;
- III – verificação do cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à disponibilização da rede credenciada, atendimento assistencial, autorizações, reembolsos, atendimento aos beneficiários e suporte à fiscalização contratual;
- IV – análise da fatura mensal apresentada pela CONTRATADA, com a discriminação dos beneficiários e respectivos valores, em conformidade com as condições estabelecidas no contrato;
- V – atesto da execução dos serviços pelo fiscal ou gestor do contrato, mediante verificação da conformidade da prestação dos serviços com as exigências contratuais;
- VI – registro de eventuais ocorrências, descumprimentos ou falhas na prestação dos serviços, que poderão ensejar aplicação de sanções administrativas ou glosas, quando cabíveis.

7.1.1 A medição será realizada mensalmente, considerando o quantitativo de beneficiários regularmente inscritos no plano de saúde no período de referência.

7.1.2 O pagamento ficará condicionado à verificação da regular execução contratual e ao cumprimento das obrigações da CONTRATADA, podendo ser glosados valores relativos a serviços não prestados ou prestados em desacordo com o contrato.

7.1.3 Eventuais incorreções na fatura deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, reiniciando-se o prazo para pagamento a partir da reapresentação da fatura devidamente regularizada.

7.1.4 A CONTRATANTE poderá realizar auditorias, solicitar relatórios e promover diligências para verificar a adequada execução dos serviços, como condição para o atesto e pagamento.

7.1.5 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- I - não produziu os resultados acordados,
- II - deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- III - deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- I – resposta às autorizações dentro dos prazos estabelecidos;
- II – inclusões e exclusões realizadas dentro dos prazos estabelecidos;
- III – qualidade na prestação do serviço;
- IV - atendimentos realizados sem intercorrências;

Do recebimento:

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.4.4 O fiscal setorial do contrato, **quando houver**, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.5.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

7.7.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

7.11 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.11.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

7.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.21 Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data que o pagamento deveria ter ocorrido e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.21.1 a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Forma de pagamento:

7.22 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.22.2 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

7.22.3 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.22.4 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

7.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

7.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Antecipação de pagamento:

NÃO SE APLICA

7.25 A presente contratação permite a antecipação de pagamento _____ (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

7.26 O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/_____ correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ _____ (valor por extenso), tão logo _____ (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

7.27 Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

R\$ _____ (valor em extenso) quando do início da segunda etapa;

R\$ _____ (valor em extenso) quando _____.

7.28 Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

7.28.1 No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

7.28.2 O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do _____ (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

7.29 A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

7.30 O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até _____ (_____) dias, contados do recebimento do _____ (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).

7.31 A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

7.32 O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:

7.33 O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Cessão de crédito

NÃO SE APLICA

7.34 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras adiante definidas:

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

modalidade de: **8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na

Pregão:

(X) Eletrônico;

áudio e vídeo () Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em

Critério de julgamento:

(X) Menor preço;

() Maior desconto.

Concorrência para serviços especiais:

() Eletrônica;

áudio e vídeo. () Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em

Critério de julgamento:

() menor preço;

() melhor técnica ou conteúdo artístico;

() técnica e preço;

() maior retorno econômico;

() maior desconto.

() Concurso, exceto para serviços de engenharia;

() Leilão;

() Diálogo Competitivo, exceto para obras e serviços de engenharia;

() Participação em SRP.

8.2 Pessoas físicas - IMPORTANTE: A pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, **deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização** a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração. O valor deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - (Art. 5º, III, IN SEGES 116, de 2021).

8.3 Há anexos da proposta?

() Não;

(X) Sim, relacionar todos e apontar o item do TR que contém a exigência: O **Anexo I** deste Termo de Referência apresenta o modelo de proposta a ser utilizado pelo licitante. A proposta deverá ser elaborada e preenchida em conformidade com o disposto no item **9.3.3** do Termo de Referência.

8.4 Deverá ser adotada modo de disputa por lances:

(X) aberto;

() aberto e fechado;

() fechado e aberto,



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

73, de 2022). com intervalo mínimo de ____% (_____) entre os lances (art. 22, § 1º da IN SEGES/ME nº

8.5 Divulgação do preço estimado:

(X) Sim.

() Não. **Justificativa** exigida pelo art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021: _____.

REGRAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS COMPETIDORES:

8.5 Poderão participar desta contratação:

8.5.1 Pessoas Jurídicas:

() Não, justificar: _____.

(X) Sim; **se positivo adotar as regras deste TR.**

8.5.1.1 Microempresas e empresas de pequeno - ME/EPPs (art. 4º, Lei nº 14.133, de 2021):

() **Sim**, informar o dispositivo da LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para a **exclusividade**: _____.

() **Não será exclusiva**, as ME/EPPs participarão **com** tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de acordo com a LC nº 123, de 2006 e o Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015: _____.

(X) **Não será exclusiva**, as ME/EPPs participarão **sem** tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de acordo com o § 1º do art. 4º, Lei nº 14.133, de 2021 porque: Considerando o valor estimado dos itens para a contratação pretendida, individualmente, **excedem R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais), **não será aplicada a exclusividade** de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

() **Não será permitida**, as ME/EPPs **não** poderão participar do certame porque: _____.

8.5.2 Pessoas físicas:

(X) Não, justificar:

A não participação de pessoa física justifica-se pela própria natureza do objeto, que consiste na operação e gestão de plano privado de assistência à saúde, atividade regulada e privativa de pessoas jurídicas constituídas como operadoras e regularmente registradas na ANS. A execução contratual exige estrutura administrativa, técnica e econômico-financeira compatível com a gestão de beneficiários, manutenção de rede credenciada de hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais de saúde, processamento de autorizações e contas médicas, atendimento aos usuários, auditoria, regulação assistencial e cumprimento das garantias de cobertura previstas na legislação.

Pessoa física não detém habilitação legal, enquadramento regulatório, nem capacidade operacional para assumir as obrigações inerentes à operação de plano de saúde, tampouco pode obter registro junto à ANS como operadora. Assim, permitir sua participação configuraria inviabilidade jurídica e risco à adequada execução do contrato

() Sim, de acordo com as regras deste TR e do edital.

8.5.3 Cooperativas:

() Não, justificar: _____.

(X) Sim, de acordo com as regras do edital.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

8.5.4 Empresas reunidas em consórcio:

() Não, justificar: _____.

(X) Sim, de acordo com as regras do edital.

ATENÇÃO: AS REGRAS ACERCA DAS DEMAIS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS AO EXAME DAS PROPOSTAS SERÃO DEFINIDAS NO EDITAL DO CERTAME.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.6 Habilitação jurídica:

8.6.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.6.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.6.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.6.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.6.8 Consórcios, de acordo com as regras do edital.

8.6.9 Ato de autorização para o exercício da atividade de operadora de Plano de Assistência à Saúde na modalidade de contratação coletivo empresarial, expedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nos termos do art. 9º, I, da [Lei nº 9.656/98](#).

8.6.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.7 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

8.7.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), não exigível para as pessoas físicas e condicionado à existência de empregados aos microempreendedores individuais.

8.7.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, de acordo com o Anexo I.

8.7.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.7.6 Prova de **inscrição no cadastro** de contribuintes () estadual/distrital ou (X) municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.7.7 Prova de **regularidade com a Fazenda** () estadual/distrital ou (X) municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade que concorre ou contrata.

8.7.8 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estadual/distrital ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.7.9 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.8 Habilitação Econômico-Financeira:

8.8.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.8.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.8.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.8.2.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.8.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.8.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.8.2.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.8.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação () capital mínimo **OU** (x) patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

8.8.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.8.5 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.8.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.9 Habilitação Técnica:

8.9.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.9.1.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.9.2 Registro da empresa na Agência Nacional de Saúde, em plena validade, conforme o disposto no inciso XXII do art. 4º da Lei 9.961/00.

8.9.3 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.9.4 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.9.4.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

01 (um) Atestado de capacidade técnico-operacional, em nome do licitante, comprovando a prestação de serviços com características similares ao objeto desta licitação, com prestação do serviço para no mínimo 50% do número total de vidas estimadas nesse instrumento.

8.9.4.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.9.4.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.9.4.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.9.5 Apresentar comprovante de Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) competente.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 42.620.042,40** (quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte mil e quarenta e dois reais e quarenta centavos), conforme os custos unitários detalhados e inseridos na Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação (evento [1485410](#)).

AIXA ETÁRIA	QNT USUÁRIOS				EMPRESA/ÓRGÃO PESQUISADO			METODOLOGIA ESTATÍSTICA UTILIZADA			
----------------	-----------------	--	--	--	-----------------------------	--	--	---	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

		TRE-RO	CORE-SP	TRT 2 REGIAO (PLANO ESPECIAL)	TJ-MA (SAFIRA APARTAMENTO)	TRF 5	TRT14 (ABAS-DIAMANTE NACIONAL 1)	Unidade de Medida	Mediana	Valor Total da MENSAL (MEDIANA)	Valor Total ANUAL (MEDIANA)	Valor Total da Contratação (MEDIANA)/ (5 ANOS)
0-18	176	R\$ 406,48	R\$ 484,56	R\$ 548,88	R\$ 587,23	R\$ 227,56	487,24	VIDAS	R\$ 485,90	R\$ 85.518,40	R\$ 1.026.220,80	R\$ 5.131.104,00
19-23	38	R\$ 473,81	R\$ 605,70	R\$ 642,15	R\$ 645,97	R\$ 316,77	R\$ 587,21	VIDAS	R\$ 596,46	R\$ 22.665,48	R\$ 271.985,76	R\$ 1.359.928,80
24-28	19	R\$ 550,82	R\$ 751,08	R\$ 751,29	R\$ 710,63	R\$ 424,13	R\$ 601,77	VIDAS	R\$ 656,20	R\$ 12.467,80	R\$ 149.613,60	R\$ 748.068,00
29-33	28	R\$ 659,10	R\$ 1.133,99	R\$ 878,91	R\$ 817,29	R\$ 535,26	R\$ 668,74	VIDAS	R\$ 743,02	R\$ 20.804,56	R\$ 249.654,72	R\$ 1.248.273,60
34-38	55	R\$ 761,91	R\$ 1.229,99	R\$ 1.028,30	R\$ 939,76	R\$ 622,95	R\$ 739,60	VIDAS	R\$ 850,84	R\$ 46.796,20	R\$ 561.554,40	R\$ 2.807.772,00
39-43	70	R\$ 900,52	R\$ 1.419,99	R\$ 1.202,97	R\$ 1.127,73	R\$ 722,00	R\$ 826,95	VIDAS	R\$ 1.014,13	R\$ 70.989,10	R\$ 851.869,20	R\$ 4.259.346,00
44-48	68	R\$ 1.108,79	R\$ 1.633,49	R\$ 1.407,36	R\$ 1.443,49	R\$ 873,19	R\$ 879,56	VIDAS	R\$ 1.258,07	R\$ 85.549,44	R\$ 1.026.593,28	R\$ 5.132.966,40
49-53	36	R\$ 1.276,26	R\$ 1.725,92	R\$ 1.646,47	R\$ 1.876,57	R\$ 982,78	R\$ 967,51	VIDAS	R\$ 1.461,37	R\$ 52.609,32	R\$ 631.311,84	R\$ 3.156.559,20
54-58	42	R\$ 1.580,22	R\$ 1.725,92	R\$ 1.926,22	R\$ 2.514,78	R\$ 1.211,07	R\$ 1.108,68	VIDAS	R\$ 1.653,07	R\$ 69.428,94	R\$ 833.147,28	R\$ 4.165.736,40
59 ou mais	118	R\$ 1.937,03	R\$ 2.907,33	R\$ 2.190,17	R\$ 3.520,38	R\$ 1.361,54	R\$ 1.448,18	VIDAS	R\$ 2.063,60	R\$ 243.504,80	R\$ 2.922.057,60	R\$ 14.610.288,00
Total	650											
Total										R\$ 710.334,04	R\$ 8.524.008,48	R\$ 42.620.042,40

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3 As propostas deverão cumprir todos os requisitos, condições e encargos estabelecidas neste instrumento.

9.3.1 Os preços propostos pelos licitantes deverão abranger todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços em perfeita consonância com a especificação deste Termo de

Referência, contemplando, se for o caso, a mão de obra, materiais, todos os encargos fiscais, sociais e eventualmente trabalhistas decorrentes da prestação dos serviços.

9.3.1.1 IMPORTANTE: Na definição do preço, os licitantes podem considerar:

I - O contrato terá vigência de 05 (cinco) anos e poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, desde que presente os requisitos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021, motivo pelo qual a contratação tende a resultar em valor somatório mais atrativo que apenas o valor estimado da contratação;

II - O maior percentual de população é jovem, até 33 anos (40%) e a faixa reduzida dos usuários acima de 59 anos (18%), com baixo índice de crescimento vegetativo dos dependentes, o que confere maior estabilidade dos custos do contrato.

9.3.2 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado com a concordância do proponente.

9.3.3 A proposta da licitante, operadora de plano de saúde, deverá comprovar que atenda aos critérios estabelecidos na Resolução Normativa ANS n. 563, de 15 de dezembro de 2022, a saber:

I - distribuição do público alvo em 10 faixas etárias conforme (Art. 2º, RN ANS 563/22);

II - o valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a seis vezes o valor da primeira faixa etária (Art. 3º, I, RN ANS 563/22);

III - a variação acumulada entre a sétima e a décima faixas não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas. (Art. 3º, II, RN ANS 563/22);

IV - as variações por mudança de faixa etária não podem apresentar percentuais negativos. (Art. 3º, IV, RN ANS 563/22).

9.3.4 São documentos complementares da proposta:

I - DECLARAÇÃO da empresa licitante de:

a) Que dispõe de estabelecimentos prestadores de serviços de assistência à saúde, próprios ou integrantes de sua rede credenciada, referenciada, conveniada, cooperada ou vinculada sob qualquer forma admitida pela legislação de saúde suplementar, com abrangência em âmbito nacional.

b) Que todos os estabelecimentos de que tratam o item anterior aceitam, como forma de proporcionar o atendimento, além da identificação do usuário, apenas a apresentação da credencial fornecida pela própria contratada;

c) Que todos os estabelecimentos de que tratam na alínea "a" (acima), indicados pela contratada, não exigem qualquer tipo de adiantamento pecuniário ou qualquer tipo de garantia prévia para o atendimento dos usuários regularmente identificados;

d) Documento que assegure o compromisso de relacionamento com outras entidades para a prestação dos serviços fora de sua área de atuação direta, apresentando, ainda, a relação de estabelecimentos profissionais credenciados, com a indicação dos endereços e especialidades dos consultórios de seus profissionais, hospitais, centros médicos, clínicas, laboratórios, centros radiológicos e serviços de enfermagem com os respectivos horários de atendimento credenciados junto a empresa licitante a prestar o atendimento aos beneficiários e seus dependentes, no Estado de Rondônia, e ainda, nas demais capitais e outras cidades da Federação e Distrito Federal, devidamente atualizado;

d.1) Essa comprovação do credenciamento de hospitais e laboratórios deverá, no mínimo, atender aos Municípios de **Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Jaru, Vilhena, Guajará-Mirim e Rolim de Moura.**

II - DECLARAÇÃO de disponibilidade da prestação de serviço de UTI no ar, para atendimento do público alvo.

9.3.4.1 Os documentos complementares da proposta poderão ser apresentados em original, cópia autenticada (para evitar eventuais diligências) ou, ainda, publicados em órgão da imprensa oficial. As assinaturas poderão ser reconhecidas em cartório para evitar possíveis diligências durante o certame.

9.3.5 O início da contratação e da prestação dos serviços ocorrerá a partir da vigência do contrato, previsto para 17/06/2025. **Não serão consideradas as propostas que indiquem períodos iniciais de carência para a prestação de serviços de que trata este Termo de Referência, tanto para servidores cadastrados, como para aqueles que vierem a se cadastrar em prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do evento que tornou possível a inscrição do usuário.**

9.3.6 Serão desclassificadas as propostas em desacordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

9.3.7 Sagra-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o menor preço global anual para a execução dos serviços objeto especificado no presente Termo de Referência, observando-se a quantidade de faixas etárias, os limites de variação dos valores das faixas, conforme regulamentação da Agência Nacional de Saúde e, **também, o valor máximo estimado neste termo de referência para cada faixa etária.**

9.4 Critérios de reajuste dos preços do contrato:

9.4.1 Do reajuste contratual ordinário:

I - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data-base do orçamento estimado na ICVEC, em conformidade com o § 7º do art. 25 da Lei 14.133/2021.

II - Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA; exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

III - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

IV - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

V - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

VI - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

VII - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.4.2 Do reajuste contratual por sinistralidade:

*I - de acordo com o art. 27, II, da Resolução Normativa ANS nº 565, de 16 de dezembro de 2022, **poderá** ser aplicado, de forma complementar ao reajuste ordinário anual previsto no item 9.41 deste TR, o reajuste por sinistralidade, observadas as seguintes regras:*

a) define-se sinistralidade como a relação entre a receita da operadora e os gastos com despesas assistenciais (Acórdão TCU nº 679/2018 - Plenário);

b) a meta de sinistralidade definida para o contrato é de 75% ;

Justificativa: Conforme pesquisa realizada, a sinistralidade aplicada para contratos da mesma natureza como o firmado pelo TRT 14º Região ([1324698](#)), que abrange o Estado de Rondônia, é de 75%, refletindo o padrão do mercado local. O termo de referência do Governo do Distrito Federal para contratação de operadora de plano de saúde também utiliza o percentual de 75% para sinistralidade ([1324716](#)). Além disso, o contrato vigente do TRE-RO com a operadora de plano de assistência médica adota uma sinistralidade alvo de 75%. Com base nesses dados, estabeleceu-se a sinistralidade de 75% para o presente objeto ([1324718](#)).

c) o reajuste por sinistralidade **poderá** ser deferido, desde que requerido pelo contratado, na hipótese da sinistralidade calculada no período de 12 meses, contado a partir do mês de assinatura do contrato ou do início da execução dos serviços - caso os meses sejam distintos - for comprovadamente superior ao percentual de 75%;

d) nos eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, o período mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste deferido;

e) o percentual de reajuste será calculado pela média da sinistralidade mensal a cada 12 (doze) meses consecutivos, devidamente documentado e comprovado pelo contratado. Deverá o contratado apresentar o pedido com o extrato detalhado que demonstre efetivamente o aumento proporcional das despesas em relação às receitas.

II - a sinistralidade será apurada conforme a seguinte fórmula:

$S = (DA - RC)/R$, onde:

S = Sinistralidade;

DA = Despesas Assistenciais;

RC = Recuperação de Co-participação

R = Receita

Onde:

DA (Despesas Assistenciais): São todos os dispêndios de utilização do plano de saúde, efetuados pelos beneficiários, entre eles, honorários médicos, insumos, procedimentos médicos, internações, taxas, medicamentos, etc, durante o período apurado, inclusive, eventuais ressarcimento realizados pela Operadora ao Sistema Único de Saúde – SUS, decorrentes da utilização espontânea dos beneficiários do plano no serviço público.

RC (Recuperação de Co-participação): Total de pagamentos de co-participação efetuadas por beneficiários do plano do período apurado.

R (Receitas): São todos os valores remunerados à Operadora de Saúde por conta da Prestação de Serviço do Plano de Saúde, no período apurado.

III - o índice de reajuste por sinistralidade a ser aplicado para o equilíbrio econômico-financeiro do plano será apurado conforme a seguinte fórmula:

$r = S / Sm$, onde:

r = Índice de reajuste;

S = Corresponde à sinistralidade do período – 12 meses;

Sm = Corresponde à meta de sinistralidade – 75%.

9.4.3 Independentemente da ocorrência das formas de atualização dos valores do contrato previstas nos subitens 9.4.1 e 9.4.2 deste termo de referência, é garantida a reclassificação automática dos

valores por mudança de faixa etária em estrita observância aos limites e demais regras definidas pela Resolução Normativa ANS nº 563, de 2022 ou outra norma da ANS que vier a alterá-la ou sucedê-la.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A fonte orçamentária para o custeio das despesas da contratação está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA								
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano					
			exercício corrente 2026 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2027 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2028 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2029 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2030 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2031 (R\$)
Ordinário	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	AMO	R\$ 4.262.004,24	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 4.262.004,24
Total por exercício financeiro			R\$ 4.262.004,24	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 4.262.004,24
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:								

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

I - FONTE ORÇAMENTÁRIA

Dotações orçamentárias do TRE-RO na Lei de Orçamento Anual de 2026, na ação orçamentária 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes, no valor anual de R\$ 4.944.626,00.

II – FONTE EXTRAORÇAMENTÁRIA

Recursos financeiros da arrecadação de cota-parte dos beneficiários, mediante retenção na folha de pagamento de servidores do TRE-RO, nos termos da Resolução TRE-RO nº 3/2015, art. 14, anualmente estimada em R\$ 2.680.155,00.

TOTAL DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO = R\$ 7.624.781,00

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

justificado;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste TR, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste TR, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.4 Multa:

I - Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II - Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

III – Moratória pelo atraso injustificado na entrega das credenciais físicas, magnéticas ou disponibilização de acesso ao cartão virtual e aplicativo aos beneficiários:

a) até 5 (cinco) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

b) do sexto ao décimo dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato.

IV – Moratória pelo atraso injustificado na expedição de autorização para realização de exames e emissão de guias de internação:

a) até 24 (vinte e quatro) horas, multa de 0,3% (três décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal;

b) da 25ª (vigésima quinta) até a 72ª (septuagésima segunda) hora, multa de 0,5% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal.

V – Moratória pelo atraso injustificado no reembolso de despesas assistenciais:

a) até 5 (cinco) dias, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor devido e não reembolsado;

b) do sexto ao décimo dia, multa de 2,0% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor devido e não reembolsado.

VI – Moratória pelo atraso injustificado no cumprimento de obrigações administrativas contratuais, inclusive entrega da garantia contratual, indicação de preposto ou cumprimento de obrigações formais:

a) até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;
b) do sexto ao décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato.

i. O atraso superior aos prazos estabelecidos nos incisos III a VI poderá caracterizar inexecução parcial do contrato, conforme o caso, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória.

ii. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

VII - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5 (cinco).% a .15 (quinze) % do valor do Contrato.

VIII - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de .15 (quinze) % a 30 (trinta) % do valor do Contrato.

IX - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5 (cinco) % a 20 (vinte) % do valor do Contrato.

X - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5 (cinco)% a 15 (quinze) % do valor do Contrato.

XI - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 10 (dez) % a 30 (trinta) % do valor do Contrato.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4 Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº](#)



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

[12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11.12 O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas neste capítulo observarão as normas gerais da Lei nº 14.133, de 2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

UNIDADE DEMANDANTE

Ronaldo Pontes Moura

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Ronaldo Pontes Moura
Solange Mendes Garcia
Elisângela Alves Silva Tivanello
Marcela Pinheiro Studart Gonçalves
Rudma Rosa Oliveira Costa
Rodrigo Katibone Holanda
Tiago Silva de Oliveira
Rubem Pinto Melo

0002564-16.2025.6.22.8000

1513722v3



ANEXO V

MINUTA - CONTRATO TRE-RO N. ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. 0002564-16.2025.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. ____/2026 (SEM SRP) – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (DEMO) - LEI N. 14.133/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA _____, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA OPERADORA DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA MODALIDADE COLETIVO EMPRESARIAL, COM ABRANGÊNCIA NACIONAL, PARA OS BENEFICIÁRIOS DO TRE-RO, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.656/1998 E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3/2026 E SEUS ANEXOS.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador RADUAN MIGUEL FILHO, brasileiro, residente e domiciliado na Cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

CONTRATADA: A Empresa _____, CNPJ _____, com sede na Rua/Avenida _____, n. ____, bairro _____, CEP: _____, na cidade de _____, Estado de _____, Telefone(s): () _____ / () _____, E-mail(s): _____ / _____, neste ato representada por _____, brasileiro(a), conforme identificação feita por meio dos documentos apresentados pela Contratada ao TRE-RO (cujos dados pessoais foram suprimidos em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), 12.846/2013 (Anticorrupção), 9.507/2018 (Execução indireta de serviços); Instruções Normativa SLTI/MPOG 01/2010 (critérios de sustentabilidade em suas contratações) e 05/2017 (Execução indireta de serviços); Resolução CNJ 347/2020 e 400/2021 (critérios de sustentabilidade em suas contratações); Resolução TSE 23.702/2022 (Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral); Resoluções TRE-RO 31/2023 (Política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação) e 15/2019 (Código de Ética do TRE-RO); Instruções Normativas TRE-RO 3/2024 (Política de Integridade e Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO), e 4/2023 (Aplicação das regras e procedimentos da NLLC às licitações); Edital de Pregão Eletrônico respectivo, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, e, supletivamente, Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil); assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento. Também se aplicam a esta contratação as seguintes legislações: Lei 9.656/1998; Resoluções Normativa ANS ns. 63/2003, 424/2017 e 428/2017; Resoluções da Diretoria Colegiada RDC ANVISA ns. 15/2012 e 222/2018; Resolução CONAMA n. 358/2005.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 90 da Lei 14.133/2021, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DESPACHO Nº ____/2026 - PRES/DG/GABDG, de ____/2026 (evento ____).

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: DESPACHO Nº ____/2026 - PRES/DG/GABDG, de ____/2026 (evento ____).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE LAVRATURA DO CONTRATO: DESPACHO Nº ____/2026 - PRES/DG/GABDG, de //2026 (evento ____).

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

(Artigo 92, I e II, da Lei 14.133/2021)

1.1. Este Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica operadora de Plano de Assistência à Saúde para os beneficiários definidos neste instrumento, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sem coparticipação ou franquia, com pré-pagamento a preço per capita por faixa etária, em acomodação do tipo apartamento individual com banheiro privativo, com abrangência em todo o território nacional, compreendendo atendimento médico, hospitalar com obstetrícia, ambulatorial, cirúrgico, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Detalhamento dos serviços que compõem a solução:

Item/grupo	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Faixa etária	Quantidade de usuários (estimada)	Valor unitário (mensal)
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	0-18	176	R\$ 85.518,40
				19-23	38	R\$ 22.665,48
				24-28	19	R\$ 12.467,80
				29-33	28	R\$ 20.804,56
				34-38	55	R\$ 46.796,20
				39-43	70	R\$ 70.989,10
				44-48	68	R\$ 85.549,44
				49-53	36	R\$ 52.609,32
				54-58	42	R\$ 69.428,94
				59 ou mais	118	R\$ 243.504,80
				Total	650	R\$ 710.334,04

1.2.1. Na quantidade estimada de 650 (seiscentos e cinquenta) usuários contam-se os titulares, os dependentes ordinários e os especiais existentes no ato da elaboração do Termo de Referência correspondente e anexos, entretanto, estima-se um aumento de usuários para aproximadamente 700 (setecentas) vidas, em virtude do ingresso de novos servidores decorrentes do concurso em andamento.

1.2.2. Exclui-se do objeto desta contratação a assistência na modalidade odontológica.

1.2.3. Em função da impossibilidade material de implantação, operação e controle por parte do TRE-RO, excluiu-se do objeto desta contratação o regime de livre-escolha pelo usuário com posterior reembolso pela operadora, exceto para os casos excepcionais previstos no Termo de Referência e anexos, adotando exclusivamente a forma de pré-pagamento mensal total dos serviços em função do preço per capita por faixa etária mensal por usuário.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência (TR) – Serviços sem DEMO n. 3/2026 (evento [1513722](#)) e seus anexos;

- 1.3.2. O Edital do Pregão Eletrônico TRE-RO nº ____/2026 e seus anexos;
- 1.3.3. A proposta da CONTRATADA (evento ____), datada de __/2026;
- 1.3.4. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 28/2026 (evento [1482226](#));
- 1.3.5. A Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC (evento [1485410](#));
- 1.3.6. O Mapa de Gestão de Riscos - MGR (evento [1482197](#));
- 1.3.7. O Anexo I – Modelo para Preenchimento de Proposta (evento [1508765](#)).

1.4. DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS:

1.4.1. Os serviços de plano de saúde almejados pelo TRE-RO incluem o rol de procedimentos elencados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, observada a Diretriz de Utilização para Cobertura de Procedimentos na Saúde (DUT), coincidentes com a cobertura almejada pelo TRE-RO, inclusive outros serviços novos que vierem a ser exigidos por referida Agência, desde que sua obrigatoriedade de implantação surja dentro do período de vigência contratual, bastando, para isso, o reconhecimento da legitimidade e o implemento dos mesmos pelos Órgãos de Saúde, excluindo-se, assim, os de caráter experimental.

1.4.2. Tais serviços deverão ser prestados em abrangência nacional, através de assistência médica e hospitalar (internações clínica e/ou cirúrgica), com cobertura obstétrica e ambulatorial nas especialidades e áreas de atuação reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

1.4.3. Os beneficiários terão direito a serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos constantes do rol de procedimentos ANS, plano ambulatorial e hospitalar com cobertura obstétrica, considerando-se que as cirurgias, inclusive para correção da visão, e as internações psiquiátricas e para recuperação de dependência, atenderão as características e limites estabelecidos pelo Rol de Procedimentos e Eventos da ANS.

1.4.3.1. Cobertura de atendimento psiquiátrico, de acordo com as seguintes diretrizes:

I - Nível Ambulatorial: i. o atendimento às emergências psiquiátricas, assim consideradas as situações que impliquem em risco de vida ou de danos físicos para o próprio ou para terceiros (incluindo as ameaças e tentativas de suicídio e autoagressão) e/ou em risco de danos morais e patrimoniais importantes; ii. a psicoterapia de crise, entendida como o atendimento intensivo prestado por um ou mais profissionais da área da saúde mental; iii. sessões de psicoterapia, conforme normas definidas pela ANS.

II - Nível Hospitalar: Fica garantido o custeio integral de 30 (trinta) dias de internação psiquiátrica no período de um ano, contados a partir do primeiro dia de internamento, cabendo ao Contratante/Beneficiário o pagamento de coparticipação de 50% (cinquenta por cento) sobre o total da despesa a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de internação, observados os valores praticados pela CONTRATADA.

1.4.4. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão observar as resoluções e demais atos expedidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigentes e vindouros, inclusive os termos da Resolução Normativa n. 428/2017-ANS, além das obrigações contidas no Termo de Referência e anexos, neste contrato e na legislação vigente.

1.5. DAS ESPECIFICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.5.1. A CONTRATADA deverá oferecer, observados os limites impostos pelo rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS:

I - A prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, em nível nacional, de acordo com as condições e prazos propostos, sendo a cobertura de consultas médicas em número ilimitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina - CFM, incluindo atendimento de emergência 24 (vinte e quatro) horas/dia, em todos os dias da semana, nas unidades credenciadas, conveniadas, cooperadas, ou vinculadas sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar à licitante vencedora em todo o território nacional, sendo vedada a exigência de qualquer tipo de caução ou garantia para atendimento ao usuário, mesmo em finais de semana e feriados;

II - Cobertura de todos os serviços de apoio diagnóstico e tratamentos constantes do rol de procedimentos citados nesse instrumento, sem a exigência de pré-autorizações para os procedimentos de urgência/emergência, bem como consultas médicas;

III - Cobertura de internações hospitalares em quarto individual com banheiro privativo e com direito a um acompanhante, com fornecimento de alimentação pela unidade hospitalar, sendo vedada a limitação de prazo, valor



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, inclusive quanto a procedimentos obstétricos;

IV - A abrangência da cobertura de despesas de acompanhamento refere-se à alimentação e acomodação ao acompanhante nas seguintes hipóteses, salvo contraindicação justificada por escrito pelo profissional assistente: I - crianças e adolescentes menores de 18 (dezoito) anos; II - pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais; III - pessoas com deficiência; e IV - mulheres internadas no período pré-parto, parto e pós-parto imediato, entendido como o período que abrange dez dias após o parto, salvo intercorrências, a critério médico.

V - Cobertura de internações hospitalares em centros de terapia intensiva ou similar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente;

VI - O atendimento fora do Estado de Rondônia far-se-á através de todos os profissionais e estabelecimentos próprios ou conveniados com a entidade que vier a ser contratada ou suas congêneres, se for o caso, não podendo haver qualquer discriminação entre beneficiários;

VII - Cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação, inclusive enteral ou parenteral, nos casos de internação hospitalar;

VIII - Cobertura de todos os exames complementares indispensáveis ao controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, com fornecimento de medicamentos, próteses e órteses, contrastes anestésicos, oxigênio, transfusão, sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

IX - Cobertura de todas e quaisquer taxas, seja de sala de cirurgia, materiais utilizados na execução do procedimento médico, bem como a remoção do paciente, quando comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar em território nacional, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, com remoção através de transportes aeromédico e terrestre de pacientes, em aeronaves e ambulâncias equipadas com UTI, e com equipe médica e de enfermagem, quando solicitado pelo médico assistente;

X - Nos procedimentos obstétricos, deverá ser estendida a cobertura assistencial ao recém-nato, filho natural ou adotivo do usuário do plano ou seguro, como dependente, isento do cumprimento de períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o nascimento ou adoção; e

XI - Reembolso, nos limites das obrigações contratuais das despesas efetuadas pelo beneficiário, titular ou dependente, com assistência à saúde, em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados pela operadora contratada, de acordo com a relação de preços de serviços médicos hospitalares praticados pelo plano contratado, e também em casos de entraves à utilização dos serviços ocasionados pela burocracia da operadora contratada, que ultrapasse os prazos máximos de atendimento estipulados pela ANS, pagáveis no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega à operadora da documentação adequada.

1.5.2. Na realização do atendimento deverá ser observado:

I - A CONTRATADA, para fins de atendimento, preferencialmente emitirá credencial, como carteira ou cartão magnético, para fins de identificação dos beneficiários, contendo as informações necessárias para facilitar o atendimento;

II - Os serviços, objeto do contrato, serão prestados unicamente aos beneficiários inscritos, desde que portadores da credencial de identificação, dispensado o comprovante de pagamento;

III - Para utilização dos serviços objeto do presente contrato os beneficiários deverão se dirigir aos consultórios particulares dos médicos, laboratórios, estabelecimentos hospitalares, serviços radiológicos ou clínicas de sua escolha, dentre a rede credenciada, munidos da referida credencial emitida pela CONTRATADA, e de documento de identidade oficial;

IV - A indevida utilização dos serviços será de responsabilidade objetiva do CONTRATANTE, ainda que o ato tenha sido praticado sem o seu conhecimento, ficando estabelecido que os comprovantes das despesas decorrentes deste fato constituem dívida líquida, certa e exigível. Reduz a responsabilidade, nessa situação, a culpa concorrente e exclui a culpa exclusiva da CONTRATADA; e

V - As requisições de exames poderão ser solicitadas por médicos deste Regional ou por outros médicos não conveniados, e serão transcritas/trocadas na sede administrativa da empresa CONTRATADA pela respectiva guia padrão.

1.5.3. Todos os procedimentos novos que venham a ser incluídos no rol de procedimentos da ANS durante a vigência contratual deverão ser abrangidos pela cobertura da CONTRATADA, de acordo com o § 13 da Lei nº 9.656/1998.

1.5.3.1. No caso de tratamento ou procedimento prescrito por médico ou odontólogo assistente que não estejam previstos no rol de procedimentos da ANS, a cobertura deverá ser autorizada pela operadora, desde que: I - exista comprovação da eficácia, à luz das ciências da saúde, baseada em evidências científicas e plano terapêutico; ou II - existam recomendações pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), ou exista recomendação de, no mínimo, 1 (um) órgão de avaliação de tecnologias em saúde que tenha renome internacional, desde que sejam aprovadas também para seus nacionais.

1.5.3.2. Excluem-se ainda da cobertura do contrato: I - Serviços prestados por médico ou estabelecimento não credenciado pela CONTRATADA, exceto nos casos previstos no Termo de Referência e anexos; II - Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim; III - Inseminação artificial; IV - Cirurgias para promoção ou correção de esterilidade, excetuados os casos previstos neste Instrumento; V - Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética, clínica de repouso, estâncias hidrominerais, clínica para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar; VI - Aviação de óculos e lentes; VII - Cirurgias para mudança de sexo, tratamentos ilícitos ou antiestéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes; VIII - Remoção após alta hospitalar ou por simples vontade do beneficiário, sem imperativo de ordem médica; IX - Enfermagem em caráter particular na residência ou em hospital; X - Permanência hospitalar após a alta médica; XI - Atendimento nos casos de cataclismos, guerras, acidentes causados por radiações, emanções nucleares ou ionizantes e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente; XII - Transplantes, exceto córnea, medula óssea e rim ou outro que seja disciplinado pela ANS; XIII - Procedimentos odontológicos e quaisquer outros decorrentes, exceto cirurgias bucomaxilofaciais, que necessitem de ambiente hospitalar; e XIV - Aluguel de equipamentos hospitalares ou similares e despesas extraordinárias do beneficiário, não relacionadas com o tratamento, e/ou de acompanhante, em casos de internação hospitalar.

1.5.4. A CONTRATADA não deverá estabelecer limitações ao pagamento de novos e revolucionários tratamentos de saúde, reconhecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, devendo, para fins de reembolso, basear-se em tabelas de preços devidamente atualizadas.

1.5.5. Desde que atendidas as regras gerais sobre portabilidade de carências disciplinadas pela Resolução Normativa ANS nº 438/2018, a CONTRATADA garantirá ao beneficiário que perder a qualidade de dependente do referido contrato a possibilidade de adesão a um plano na modalidade individual/familiar, caso disponível no momento da sua migração, com compatibilidade de cobertura do plano de origem, com o aproveitamento de carências já cumpridas, desde que assuma integralmente o valor praticado para a comercialização do produto ao qual faça a nova adesão.

1.5.6. Os serviços que dependem de autorização prévia, fora do domicílio, serão autorizados no prazo máximo estipulado pela ANS, pela operadora do plano de saúde, mediante apresentação da carteira de beneficiário e solicitação do médico assistente.

1.5.7. A operadora deverá providenciar a remoção aeromédica, quando caracterizada sua necessidade por meio de laudo circunstanciado emitido pelo médico assistente, após apresentação da documentação necessária, observadas as condições clínicas do paciente, a disponibilidade de vaga hospitalar na unidade de destino, bem como as condições logísticas e meteorológicas e as autorizações pertinentes ao tráfego aéreo, respeitado o tempo razoável necessário para garantir a segurança e eficácia do procedimento.

1.6. Serão necessários, ainda, a observância dos seguintes procedimentos para a correta execução do contrato:

1.6.1. Em caso de indisponibilidade de profissionais credenciados na especialidade requerida pelo beneficiário na sua localidade, a CONTRATADA poderá facultar ao beneficiário o atendimento na modalidade teleconsulta;

1.6.2. Em caso de recusa do beneficiário ao atendimento na modalidade teleconsulta, a CONTRATADA deverá providenciar o atendimento presencial ao beneficiário na localidade solicitada.

1.7. Mediante assinatura deste contrato, a CONTRATADA mantém as declarações feitas na licitação, bem como: declara que foram atendidas as providências preliminares e as exigências pré-contratuais determinadas para esta contratação; se compromete a atender durante esta contratação todas as regras estabelecidas, incluindo os critérios e as práticas de sustentabilidade ambiental, econômica, social, cultural e de acessibilidade; além de que se compromete a observar, cumprir e manter atendidos os requisitos da contratação, assim como as condições de habilitação e de qualificação exigidas no Termo de Referência respectivo e em seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

(Artigos 105, 106 e 107, da Lei 14.133/2021)

2.1. O termo inicial de 01/09/2026 poderá ser alterado para data posterior, caso não ultimados os procedimentos do certame para esta contratação.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

2.1.1. O termo inicial da vigência poderá ser alterado para data posterior, caso não ultimados os procedimentos do certame para esta contratação, prevalecendo o que ocorrer primeiro: a conclusão dos procedimentos licitatórios e formalização da contratação ou a data de 01/09/2026.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Ser juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Ser juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haver manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Ser comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação;

2.2.6. Não haver registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN).

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. O prazo de execução da presente contratação coincidirá com o prazo de vigência deste contrato.

2.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, podendo serem anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA TERCEIRA — DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

(Artigo 92, IV, VII e XVIII, da Lei 14.133/2021)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, com pagamento mensal por preço per capita por faixa etária, realizada via licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço global.

3.3. No Mapa de Gestão de Riscos (MGR) para a presente contratação (evento 1482197), a fase de planejamento buscou levantar, para cada risco identificado, a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

3.4. A CONTRATADA deverá remeter relatórios das despesas e as Faturas Eletrônicas referentes aos beneficiários titulares, dependentes e especiais no primeiro dia útil do mês seguinte ao da competência que está sendo cobrada, observando-se:

3.4.1. O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA o aceite, em até 2 (dois) dias úteis, após a conferência do relatório e da Fatura Eletrônica;

3.4.2. Em caso de erros na fatura, a CONTRATADA será comunicada, devendo proceder os ajustes em até 1 (um) dia útil;

3.4.3. A CONTRATADA emitirá e entregará os Documentos Fiscais em nome do CONTRATANTE, no prazo de 01 (um) dia útil após o aceite;

3.4.4. Caso haja necessidade, o CONTRATANTE poderá solicitar antecipação do envio dos arquivos de faturamento;

3.4.5. O relatório eletrônico apresentará os valores relativos à movimentação do mês de competência da prestação dos serviços objeto do faturamento, compreendendo as despesas do valor da mensalidade per capita, inclusive com as datas de inclusões e exclusões, dos Beneficiários Titulares e Dependentes, que será analisado pelo CONTRATANTE para apuração da conformidade.

CLÁUSULA QUARTA — DA SUBCONTRATAÇÃO

(Artigo 122, da Lei 14.133/2021)

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, no todo ou em parte.

4.2. Os procedimentos de transição e finalização do contrato observarão as etapas definidas no Termo de Referência nº 3/2026 (evento 1513722, item 5.12), incluindo:

- I. Manutenção da assistência até o termo final;
- II. Conclusão de atendimentos em andamento;
- III. Disponibilização de informações assistenciais;
- IV. Transferência de informações para nova operadora;
- V. Manutenção do sigilo (LGPD); e
- VI. Acompanhamento pela fiscalização, com relatórios em até 10 dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA — DO PREÇO

(Artigo 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

5.1. O valor total estimado desta contratação é de R\$ 42.620.042,40 (quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte mil e quarenta e dois reais e quarenta centavos), para o período de 05 (cinco) anos de vigência contratual, conforme proposta da CONTRATADA (evento ____), sendo:

Item	Especificação	CATSE R	Unidade	Faixa Etária	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Total (60 meses)
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	0-18	176	R\$ 485,90	R\$ 85.518,40	R\$ 1.026.220,80	R\$ 5.131.104,00
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	19-23	38	R\$ 596,46	R\$ 22.665,48	R\$ 271.985,76	R\$ 1.359.928,80
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	24-28	19	R\$ 656,20	R\$ 12.467,80	R\$ 149.613,60	R\$ 748.068,00

1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	29-33	28	R\$ 743,02	R\$ 20.804,56	R\$ 249.654,72	R\$ 1.248.273,60
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	34-38	55	R\$ 850,84	R\$ 46.796,20	R\$ 561.554,40	R\$ 2.807.772,00
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	39-43	70	R\$ 1.014,13	R\$ 70.989,10	R\$ 851.869,20	R\$ 4.259.346,00
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	44-48	68	R\$ 1.258,08	R\$ 85.549,44	R\$ 1.026.593,28	R\$ 5.132.966,40
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	49-53	36	R\$ 1.461,37	R\$ 52.609,32	R\$ 631.311,84	R\$ 3.156.559,20
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	54-58	42	R\$ 1.653,07	R\$ 69.428,94	R\$ 833.147,28	R\$ 4.165.736,40
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	59 ou mais	118	R\$ 2.063,60	R\$ 243.504,80	R\$ 2.922.057,60	R\$ 14.610.288,00
				TOTAL	650		R\$ 710.334,04	R\$ 8.524.008,48	R\$ 42.620.042,40

5.1.1. Os valores unitários mensais por faixa etária não poderão ultrapassar os limites máximos estabelecidos no item 1.2 do Termo de Referência nº 3/2026 (evento [1513722](#)), observando-se, ainda, os critérios da Resolução Normativa ANS nº 563, de 15 de dezembro de 2022, conforme especificado no Anexo I – Modelo para Preenchimento de Proposta (evento [1508765](#)).

5.2. O valor total e os demais valores deste Contrato, assim como o quantitativo de usuários indicados, são estimativos, não obrigando o TRE-RO a contratar e a pagar os totais indicados nesta Cláusula, vez que a presente contratação será executada de acordo com a necessidade da Administração contratante.

5.3. O valor deste contrato é calculado per capita por faixa etária.

5.4. No valor definido nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, taxas, contribuições, seguro de acidentes, fretes, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, cíveis, fiscais e comerciais, e quaisquer outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo que o CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser realizada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

CLÁUSULA SEXTA — DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

(Artigo 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

6.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO: A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item:

6.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA: a) não produziu os resultados acordados; b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.1.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios: a) resposta às autorizações dentro dos prazos estabelecidos; b) inclusões e exclusões realizadas dentro dos prazos estabelecidos; c) qualidade na prestação do serviço; e d) atendimentos realizados sem intercorrências.

6.2. Do recebimento: Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, na forma do Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021, e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022, sendo que: a) o prazo será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga; b) o fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico; c) o fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo; e d) o fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.2.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.2.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e anexos, e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.3. Liquidação: Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, observando-se:

6.3.1. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA mediante consulta ao SICAF, quanto a: Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

6.3.2. Na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas ao pagamento, a CONTRATADA deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias, ficando o pagamento sobrestado enquanto correr o prazo;

6.3.3. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente sua defesa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

6.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

6.4. Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

6.4.1. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (6/100) \div 365 = 0,00016438$.

6.4.2. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

6.5. Forma de pagamento:

O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos serviços, atestados pelo fiscal e autorizados pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, observando-se:

6.5.1. Para pagamento via OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória;

6.5.2. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code;

6.5.3. Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à CONTRATADA em virtude de penalidades ou inadimplências;

6.5.4. Não está prevista para esta contratação a antecipação de pagamento (parcial/total), nem a cessão de crédito.

CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTE

(Artigos 25, §§ 7º e 8º, 92, V, §§ 3º e 4º, e 135, todos da Lei 14.133/2021)

7.1. Do reajuste contratual ordinário: Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data-base do orçamento estimado na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC (evento 1485410), em conformidade com o § 7º do artigo 25 da Lei 14.133/2021.

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, inclusive em casos de prorrogações contratuais, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

7.7. Do reajuste contratual por sinistralidade: De acordo com o artigo 27, II, da Resolução Normativa ANS nº 565, de 16 de dezembro de 2022, poderá ser aplicado, de forma complementar ao reajuste ordinário anual, o reajuste por sinistralidade, observadas as seguintes regras:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

7.7.1. Define-se sinistralidade como a relação entre a receita da operadora e os gastos com despesas assistenciais (Acórdão TCU nº 679/2018 - Plenário);

7.7.2. A meta de sinistralidade definida para o contrato é de 75%;

7.7.3. O reajuste por sinistralidade poderá ser deferido, desde que requerido pela CONTRATADA, na hipótese de a sinistralidade calculada no período de 12 meses, contado a partir do mês de assinatura do contrato ou do início da execução dos serviços, for comprovadamente superior ao percentual de 75%;

7.7.4. O percentual de reajuste será calculado pela média da sinistralidade mensal a cada 12 (doze) meses consecutivos, devidamente documentado e comprovado pela CONTRATADA, mediante apresentação de extrato detalhado que demonstre efetivamente o aumento proporcional das despesas em relação às receitas;

7.7.5. A sinistralidade será apurada conforme a seguinte fórmula: $S = DA - RCRC = RDA - RC$

onde:

SS = Sinistralidade;

DADA = Despesas Assistenciais;

RCRC = Recuperação de Coparticipação;

RR = Receitas;

7.7.6. O índice de reajuste por sinistralidade será apurado conforme a seguinte fórmula: $r = SSmr = Sm$

S

onde:

rr = Índice de reajuste;

SS = Sinistralidade do período (12 meses);

SmSm = Meta de sinistralidade (75%).

7.8. Independentemente das formas de atualização previstas nesta Cláusula, é garantida a reclassificação automática dos valores por mudança de faixa etária, em estrita observância aos limites e demais regras definidas pela Resolução Normativa ANS nº 563, de 2022, ou outra norma da ANS que vier a alterá-la ou sucedê-la.

CLÁUSULA OITAVA — DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

8.1. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

8.1.1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;

8.1.2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na execução dos serviços;

8.1.3. Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da CONTRATADA, manifestando-se por sua regularidade ou notificá-la para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

8.1.4. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos, assim como neste contrato;

8.1.5. Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário, para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

8.1.6. Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

8.1.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

8.1.8. Notificar a CONTRATADA para que, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumpra obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados, bem como convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

8.1.9. Rejeitar, por meio do fiscal do contrato, a execução dos serviços em desacordo com as obrigações estabelecidas neste contrato, fixando prazo para a correta execução do objeto;

8.1.10. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, de regulamentos, das demais normas aplicáveis ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública, cumprindo as demais obrigações necessárias à execução do objeto deste instrumento contratual;

8.1.11. Fornecer a relação dos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência dos inscritos;

8.1.12. Requerer formalmente a inscrição de novos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência desses;

8.1.13. Comunicar a inclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde em formulário próprio, entregue até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês à CONTRATADA, sendo que:

8.1.13.1. Os beneficiários inscritos têm direito aos serviços contratados a partir do primeiro dia útil do mês subsequente, excetuando-se os casos de recém-nascidos, filhos naturais de beneficiárias, que terão cobertura imediata, assegurada por 30 (trinta) dias após o parto.

8.1.14. Comunicar à CONTRATADA a exclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, sendo que:

8.1.14.1. Os beneficiários excluídos têm direito aos serviços contratados até o último dia do mês da solicitação, sendo a exclusão efetivada a contar do primeiro dia do mês subsequente.

8.1.15. Informar imediatamente à CONTRATADA a perda, o roubo ou o dano à credencial de identificação do beneficiário, para cancelamento ou, quando for o caso, para emissão de segunda via;

8.1.16. Realizar o pagamento pela prestação dos serviços, na forma estabelecida no Termo de Referência e seus anexos e neste contrato;

8.1.17. Determinar o refazimento dos serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.1.18. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

8.1.19. Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

8.1.20. Sustar a execução de quaisquer serviços por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

8.1.21. Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando que, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, nos termos do artigo 123 da Lei 14.133/2021;

8.1.22. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como: a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado; b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA; c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA; d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos; e) demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA; e

8.1.23. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA — DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA
CONTRATADA**



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

(Artigo 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

9.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

9.1.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial, no Termo de Referência e anexos, no edital e neste instrumento de contrato;

9.1.2. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

9.1.3. Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da CONTRATADA para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;

9.1.4. Responder a solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

9.1.5. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceita, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

9.1.6. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

9.1.7. Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

9.1.8. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao TRE-RO ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.1.9. Cumprir as demais disposições contratuais e legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato;

9.1.10. Proceder à inscrição de novos beneficiários, seja na qualidade de beneficiário-titular ou de beneficiário-dependente, na forma prevista neste instrumento;

9.1.11. Entregar cartão físico ou conceder acesso ao cartão virtual e aplicativo dos novos beneficiários inscritos pelo CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do requerimento do CONTRATANTE, e conceder acesso ao cartão virtual e aplicativo imediatamente após finalizada a inclusão do beneficiário;

9.1.12. O cartão físico dos beneficiários poderá ser substituído pelo envio ao CONTRATANTE, em idêntico prazo, dos dados digitais individuais de cada beneficiário para impressão física e fornecimento às pessoas que manifestarem interesse;

9.1.13. Fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, relação dos médicos e estabelecimentos próprios e integrantes da rede credenciada da CONTRATADA e seus endereços, bem como dos serviços contratados, glossário de termos técnicos e material explicativo;

9.1.14. Autorizar a realização de exames, observados os prazos máximos previstos nas normas da ANS;

9.1.15. Emitir guia de internação nos termos estabelecidos no Termo de Referência e anexos e neste contrato, sendo que o procedimento para a realização de internações hospitalares observará as regras expostas no TR e neste instrumento;

9.1.16. Nomear e manter atualizada a informação sobre preposto, com dados pessoais, contatos telefônicos, e-mail e endereço para encaminhamento de ofícios e notificações que se fizerem necessárias durante a vigência contratual;

9.1.17. Quando o prazo de resposta não estiver definido por lei, pelas normas regulamentares aplicáveis aos serviços objeto do contrato, ou previsto de forma expressa no próprio contrato, responder, no prazo razoável definido pela equipe de fiscalização ou pela equipe de gestão do contrato, às demandas do CONTRATANTE formalizadas por meio de ofícios, notificações ou consultas, independentemente do meio de comunicação;

9.1.18. Indicar ao CONTRATANTE o nome do responsável pelo contato e um preposto e fornecer, sempre que solicitado, relação dos funcionários da administração responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

9.1.19. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;

9.1.20. Responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais diretamente causados por sua ação ou omissão, ou por integrantes de sua rede credenciada, ao CONTRATANTE, aos beneficiários por ele inscritos ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Termo de Referência e anexos, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou ao acompanhamento da execução dos referidos serviços;

9.1.21. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do Termo de Referência e anexos, e comprovar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os repasses e pagamentos aos hospitais e à rede credenciada;

9.1.22. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;

9.1.23. Não contratar para a execução dos serviços e não admitir em seu quadro societário empregados e pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão desta contratação, inclusive de qualquer ocupante de cargos de assessoramento, de membros ou juízes, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021, do artigo 7º do Decreto 7.203/2010 e do artigo 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005;

9.1.24. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE o ingresso de profissionais ou estabelecimentos de saúde em sua rede credenciada que tenham em sua direção pessoas com os vínculos descritos no item anterior;

9.1.25. Na hipótese de indisponibilidade de atendimento nos prazos máximos previstos na RN ANS nº 566/2022, ou inexistência de atendimento no município demandado, assegurar ao beneficiário o reembolso das despesas efetuadas com os atendimentos previstos na cobertura contratual, nos termos da referida Resolução Normativa, havendo necessidade de consulta prévia à operadora do plano de saúde;

9.1.26. Na hipótese de urgência ou emergência em município sem rede assistencial, assegurar ao beneficiário o reembolso integral das despesas realizadas, sem necessidade de autorização prévia, respeitando as Resoluções CONSU ns. 8 e 13, ambas de 3 de novembro de 1998, ou os normativos que vierem a substituí-las;

9.1.27. Efetuar o reembolso no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal pelo usuário dos serviços diretamente à CONTRATADA;

9.1.28. Prestar remoção aérea e/ou terrestre inter-hospitalar, comprovadamente necessária, aos beneficiários do CONTRATANTE, conforme parecer do médico assistente responsável pelo paciente e da equipe do serviço aeromédico responsável pelo traslado, em âmbito nacional, desde que atendidas as exigências contratuais e os critérios técnicos aeromédicos vigentes, devendo o atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI no ar) ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico que se fizerem necessárias dentro do território nacional;

9.1.29. Atender as solicitações de exames e/ou pedidos de internação realizados por médico assistente não pertencente à rede credenciada, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à auditoria médica da CONTRATADA, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela CONTRATADA (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos ser apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da rede credenciada para obtenção de atendimento, podendo tais solicitações ser submetidas à junta médica da CONTRATADA;

9.1.30. Observar todas as especificações contidas no objeto desta licitação, que se completam com o conteúdo deste instrumento e que contêm informações, instruções e orientações, sendo tudo isso parte integrante do edital;

9.1.31. Responsabilizar-se por todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, taxas, contribuições, seguro de acidentes, fretes, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, cíveis, fiscais e comerciais, e quaisquer outras que forem decorrentes das suas atividades e dos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

9.1.32. Cumprir todas as leis e demais normas aplicáveis à execução dos serviços, mesmo que não referidas expressamente neste instrumento, no edital ou no contrato;

9.1.33. Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes no prazo estabelecido na notificação, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

9.1.34. Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venha a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

9.1.35. Comunicar, por escrito, qualquer alteração societária da empresa;

9.1.36. Manter, durante toda a vigência contratual, conta corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos serviços prestados;

9.1.37. Enviar ao CONTRATANTE a nota fiscal e os anexos exigidos para fins de pagamento dos serviços prestados, dentro do período estabelecido;

9.1.38. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal perante os órgãos indicados;

9.1.39. Manter, durante a vigência desta contratação, as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação, bem como manter devidamente válidas e atualizadas as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet, enviando-as ao CONTRATANTE juntamente com a nota fiscal/fatura e apresentando-as sempre que solicitado:

a) Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho (TST);

e) Certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e

f) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, quando exigível e conforme o caso.

9.1.40. Em caso de prorrogação contratual, a CONTRATADA deverá: possuir a regularidade fiscal acima indicada; não estar incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN); não possuir certidões positivas de inidoneidade e de impedimento de ser contratada; bem como de irregularidade junto ao TCU, devendo tudo isso ser verificado pela Administração contratante;

9.1.41. Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não empregar menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

9.1.42. Observar e cumprir a Resolução TRE-RO n. 31, de 25 de agosto de 2023, que regulamenta a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, comprometendo-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, caso haja ocorrências;

9.1.43. Observar e cumprir a Instrução Normativa TRE-RO nº 3/2024 - PRES/GABPRES, de 11 de setembro de 2024, que dispõe sobre a Política de Integridade nas Contratações e estabelece a Conduta Ética da Gestão de Contratações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em especial as determinações constantes no artigo 8º, a seguir transcritas:

I - que a CONTRATADA se abstenha de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, bem como se comprometa a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética do TRE-RO (Resolução TRE-RO 15/2019);

II - que a CONTRATADA e subcontratada, se houver, dê conhecimento aos respectivos empregados que participarão da execução contratual da Política do Sistema de Integridade e Compliance da Justiça Eleitoral em Rondônia, do Código de Ética dos Servidores do TRE-RO, da Política de Integridade nas Contratações e Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO e das demais normas editadas por este Tribunal sobre o tema, para a sua estrita observância;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

III - a faculdade de a gestora ou o gestor do contrato solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à Integridade;

IV - que a CONTRATADA tem plena ciência de que o descumprimento de regras licitatórias ou obrigações contratuais serão objeto de apuração de responsabilidade e de aplicação de penalidades por meio de Processo Administrativo Sancionatório ou Processo Administrativo de Responsabilização, conforme o caso;

V - que a rescisão/extinção contratual ou a denúncia, no caso de a CONTRATADA praticar atos lesivos ao Tribunal, será precedida do devido Processo Administrativo Sancionatório previsto na Lei n. 14.133/2021 ou Processo Administrativo de Responsabilização regulado pela Lei n. 12.846/2013 (anticorrupção);

VI - a proteção da propriedade intelectual, nos casos de desenvolvimento de projetos, produtos, sistemas, entre outros;

VII - a proteção das informações confidenciais e privilegiadas, conforme disposições em regulamento próprio; e

VIII - que a forma de comunicação entre os gestores e fiscais de contratos do Tribunal e o preposto ou representante legal da CONTRATADA deverá ser por escrito, com registro nos respectivos autos de gestão ou fiscalização.

9.1.44. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme art. 116 da Lei 14.133/2021;

9.1.45. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

9.1.46. Observar e cumprir a Instrução Normativa TRE-RO nº 13/2023 - PRES/GABPRES, a qual institui e estabelece normas complementares, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, para implementação do Programa "Transformação", advindo da Resolução CNJ nº 497/2023, que estabelece critérios para reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados com no mínimo 25 (vinte e cinco) colaboradores, para as pessoas em condição de vulnerabilidade;

9.1.47. Cumprir os requisitos de sustentabilidade ambientais, econômicos e sociais indicados no Estudo Técnico Preliminar - ETP e no Termo de Referência nº 3/2026, baseados nas orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a saber:

a) utilizar prioritariamente meios digitais para envio de formulários, relatórios, faturas e documentos (redução de papel), com comprovação mensal via relatório eletrônico (NR 32/ABNT e IN SLTI/MPOG 01/2010);

b) garantir atendimento humanizado e sem discriminação aos beneficiários, com registro de reclamações e resolução em até 5 (cinco) dias úteis (Res. TRE-RO 31/2023);

c) fornecer, sob solicitação da fiscalização, relatórios trimestrais de conformidade com normas sanitárias da rede credenciada (RDC ANVISA 15/2012 e 222/2018; Res. CONAMA 358/2005), sendo vedada a exigência de fiscalização direta pelo TRE-RO sobre resíduos e processamento (competência ANVISA).

9.1.48. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal/distrital, as normas de segurança do CONTRATANTE, quando cabível; e

9.1.49. Observar integralmente o Termo de Referência nº 3/2026 (evento 1513722), especialmente procedimentos de reembolso (item 5.13.3), teleconsulta (5.13.1-2), internação (5.13.4) e autorização de exames (5.13.5), com prazos ANS e comprovação mensal à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(Artigos 92, XII, e 96 e seguintes, da Lei 14.133/2021)

10.1. A presente contratação conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei n. 14.133, de 2021, no percentual de 1% (um por cento) do valor global estimado da contratação, em uma das seguintes modalidades previstas no artigo 96 da Lei 14.133/2021: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; b) seguro-garantia; ou c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

10.2. A garantia contratual tem por finalidade assegurar o cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive a quitação de: I - prejuízos e indenizações advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; II - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e III - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

10.3. A execução da garantia contratual independe de avaliação da existência de culpa da CONTRATADA.

10.4. A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, salvo no caso da opção pela modalidade de seguro-garantia, a qual deverá ser apresentada, no máximo, até a data de assinatura deste contrato.

10.5. A apólice do seguro-garantia deverá ter vigência de 60 (sessenta) dias além do prazo de vigência do contrato, devendo a CONTRATADA renovar/endossar a apólice à medida que ocorrerem eventuais prorrogações contratuais e demais alterações contratuais.

10.6. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo estabelecido na notificação.

10.11. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

10.13. A não apresentação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o prazo fixado significará recusa à assinatura do contrato, ensejando aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

(Lei nº 13.709/2018)

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

11.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados pessoais.

11.13. A CONTRATADA deverá manter o sigilo das informações médicas, cadastrais e administrativas dos beneficiários e do CONTRATANTE, mesmo após o encerramento do contrato, sendo vedada sua divulgação ou utilização indevida, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 117 da Lei 14.133/2021)

12.1. No TRE-RO, a gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas nos termos abaixo (evento 1500544):

I - GESTOR DO CONTRATO: Titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE (titular); Substituto do Coordenador da COEDE (substituto).

II - FISCAL TÉCNICO: Haysha Laianne Oliveira Raposo (titular); Sônia Ines Caixeta (substituta).
Unidade: SAMES.

III - FISCAL ADMINISTRATIVO: Elisângela Alves Silva Tivanello (titular); Marcela Pinheiro Studart Gonçalves (substituta). Unidade: SAMES.

12.1.1. A designação dos agentes de contratação responsáveis pelo certame consta da Portaria respectiva (evento 1509911).

12.2. A fiscalização técnica e administrativa do contrato deverá ser realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, de acordo com as atribuições estabelecidas no Decreto nº 11.246, de 2022 e no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, devendo ser consideradas as rotinas e obrigações previstas no Termo de Referência e seus anexos.

12.3. As comunicações entre o Tribunal e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica via e-mail para esse fim.

12.4. O Tribunal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Após a assinatura do contrato, o Tribunal poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.6. Atribuições específicas do fiscal técnico, conforme art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

12.6.1. Realizar o recebimento provisório e definitivo e acompanhar a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

12.6.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

12.6.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

12.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, comunicar o fato imediatamente ao gestor do contrato;

12.6.6. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 92, VIII, da Lei 14.133/2021)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, exercício 2026 e seguintes, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade: 070024 – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO);

II - Fonte de Recurso: 1000000000;

III - Programa de Trabalho: 02301003320040011;

IV - Natureza da Despesa: 339039;

V - Plano Interno: Assistência Médica e Odontológica - AMO; e

VI - Nota de Empenho: 2026NE000 __, de //2026 (evento __), a ser reforçada oportunamente, caso necessário.

13.2. Para o exercício de 2026, considerando a previsão de execução financeira/orçamentária da contratação por aproximadamente 4 (quatro) meses, será observada a programação orçamentária no montante de R\$ 2.131.002,12 (dois milhões, cento e trinta e um mil, dois reais e doze centavos), alocados na ação 2004 (evento 1507651), sendo que o montante de R\$ 1.340.077,50 (um milhão, trezentos e quarenta mil, setenta e sete reais e cinquenta centavos) será custeado com recursos financeiros da arrecadação de cota-parte dos beneficiários, mediante retenção na folha de pagamento de servidores do TRE-RO, nos termos do art. 14 da Resolução TRE-RO nº 3/2015.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigos 155 e seguintes, da Lei 14.133/2021)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que incorrer em qualquer das hipóteses legais de inexecução, atraso injustificado, fraude, declaração falsa, comportamento inidôneo ou ato lesivo.

14.2. Serão aplicadas as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da conduta.

14.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano.

14.4. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.5. Será assegurado contraditório e ampla defesa.

14.6. A multa poderá ser descontada da garantia ou cobrada judicialmente.

14.7. A aplicação das sanções observará os critérios do artigo 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

14.8. Os atos previstos na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente.

14.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada na forma do artigo 160 da Lei nº 14.133/2021.

14.10. O CONTRATANTE poderá reter garantia ou créditos da CONTRATADA para ressarcimento de prejuízos e pagamento de multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

(Artigos 137 e seguintes, da Lei 14.133/2021)

15.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo por qualquer dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.3. Poderá haver extinção antecipada sem ônus para o CONTRATANTE nas hipóteses legais.

15.4. A alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir a capacidade de concluir o contrato.

15.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo.

15.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate vínculo vedado da CONTRATADA com dirigente ou agente público relacionado à contratação.

15.7. O termo de extinção será precedido, sempre que possível, de balanço dos eventos contratuais, relação de pagamentos e indenizações/multas.

15.8. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.

15.9. O CONTRATANTE poderá reter garantia e créditos na forma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

(Artigos 124 e seguintes, da Lei 14.133/2021)

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões legais.

16.3. As supressões resultantes de acordo poderão exceder o limite legal.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante termo aditivo, salvo hipóteses de apostilamento.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DOS CASOS OMISSOS

(Lei 14.133/2021)

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelo Código de Defesa do Consumidor e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DA PUBLICAÇÃO

(Artigos 91 e 94, da Lei 14.133/2021)

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DO FORO

(Artigo 92, §1º, da Lei 14.133/2021)

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede na cidade de Porto Velho, para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO. Documento datado e assinado eletronicamente.

Desembargador RADUAN MIGUEL FILHO Pelo CONTRATANTE	Pela CONTRATADA
Laurenci Bernardino Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga Testemunha

0002564-16.2025.6.22.8000

1515877v2